



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Março de 2013 – R\$ 3,00

**Bolívia:
IPT: obra da
burocracia sindical.
Pode a classe operária
se libertar sem um
programa revolucionário?**



**Bolívia 1971:
Assembleia Popular**

**Necessidade da
Frente
Revolucionária
Antiimperialista**

G. Lora



MORRE O CAUDILHO HUGO CHÁVEZ

Viva a luta pela organização independente da classe operária na Venezuela!

Sepultar a burguesia com a revolução proletária! Conquistar a independência nacional!

Apresentação

Este BI dedica-se a rechaçar a formação de um novo partido na Bolívia, denominado de “Instrumento Político dos Trabalhadores” (IPT). A sua importância está no fato de o movimento pelo IPT ocorrer no interior da Central Operária Boliviana (COB) e estar sendo organizado pelos apodrecidos burocratas sindicais. A esquerda revisionista, que se auto-intitula “trotskista”, aproveitou a disposição da burocracia cobista para levantar sua bandeira de “Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos”.

Tanto as velhas raposas da COB, que bloqueiam o desenvolvimento revolucionário dos explorados, quanto os esquerdistas, que não têm expressão alguma na luta de classes do País, miram a constituição de seu novo partido no espelho do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT). Tem todo sentido os dirigentes corrompidos da COB sonhar com um partido como o do Brasil. Afinal, o PT se transformou em um instrumento político da burguesia. E tem sido responsável pela estatização da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para os pretensos trotskistas, somente encontramos explicação ao seu apego ao IPT em sua impotência política.

A tese de que a COB e, portanto, os explorados necessitam de um instrumento político diante dos impasses do governo de Evo Morales (do MAS) não se baseia na tarefa de organizar a revolução social, mas de ter um meio de atuação eleitoral. Essa via se contrapõe ao partido que trabalha no seio dos explorados com o programa da revolução e ditadura proletárias (o programa de transição para a revolução social), que é o Partido Operário Revolucionário (POR), marxista-leninista-trotskista. Não há maior obstáculo para o avanço do proletariado em direção à tomada do poder que a burocracia que transformou a COB em instrumento político da burguesia, inclusive de apoio à constituição do governo do MAS.

Os burocratas têm o POR como o inimigo a ser destruído. Trata-se, para as forças pró-capitalistas, de se livrar do marxismo-leninismo-trotskismo. Os esquerdistas, que não conseguiram constituir um partido, que não têm um programa e que são adversários do POR se unem com a burocracia em torno de um Partido dos Trabalhadores. Estamos diante de mais um embate contra os inimigos e os adversários do POR.

Não nos furtamos em intervir. Rechaçamos a po-

sição de que o problema para as massas é a falta de um partido sem programa. Rechaçamos a caricatura de partido baseado nos sindicatos – mal assimilado da orientação de Trotsky em 1938 para o SWP dos Estados Unidos. O IPT, caso seja constituído, será baseado na burocracia sindical e se orientará para a sustentação do Estado burguês.

A tarefa da situação é potencializar o POR, único partido capaz de derrotar o governo burguês do MAS e levar o proletariado ao poder em aliança com os camponeses. O IPT é uma trava que se pretende levantar contra o fortalecimento do POR. Essa é a essência da questão do IPT. E nisto consiste o papel reacionário dos auto-intitulados trotskistas.

O Boletim do Comitê de Enlace Pela Reconstrução DA IV Internacional traz em suas páginas o combate à aliança da burocracia e dos esquerdistas revisionistas em torno do IPT. Consta de vários artigos publicados no jornal Masas, de um texto do POR boliviano que formula mais amplamente a crítica trotskista ao novo aparato burocrático-eleitoral e um texto elaborado pelo POR do Brasil, que tem por objetivo mostrar que as variantes do revisionismo se meteram na mesma trincheira da burocracia. Agregamos um trecho do livro de Guillermo Lora, “Da Assembleia Popular ao Golpe Fascista”. A experiência sobre a organização independente do proletariado e dos demais oprimidos, sob a forma do duplo poder, e da tática da Frente Única Antiimperialista tem enorme importância para a situação convulsiva por que passa a Bolívia.

Estávamos preparando o BOLETIM sobre aspectos da situação política e econômica na Argentina, Bolívia, Brasil e outras partes do mundo quando a questão do IPT ganhou corpo. Demos atenção especial à manobra da burocracia porque se está preparando um obstáculo para o desenvolvimento da luta revolucionária na Bolívia.

A seção argentina do Comitê de Enlace apresentou teses sobre a situação nacional; a brasileira sobre o governo do PT. Nesse ínterim, morreu o caudilho Hugo Chávez. Colocamos nas páginas do BOLETIM uma declaração. Temos a convicção de que esta publicação do Comitê de Enlace é uma arma para o trabalho das suas seções que lutam sob a estratégia da revolução proletária e para o objetivo de reconstrução da IV Internacional.



Apontamentos para uma crítica à “Declaração de Princípios do IPT”

A classe operária pode se emancipar sem um programa revolucionário?

Como resultado das resoluções do XV Congresso da Central Operária Boliviana, seu Comitê Executivo empreendeu a tarefa de fundar o Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT). Para o Partido Operário Revolucionário (POR) é o momento de abrir-se a discussão sobre o conteúdo que deve ter uma Frente política dos explorados na Bolívia.

O Programa é o documento de maior importância em uma organização política que se declare da classe operária. Define a natureza de classe e a atividade dessa organização em relação a sua finalidade estratégica. O Comitê Executivo da COB, da boca para fora, garante que está honestamente a favor de um Instrumento político revolucionário, então deve garantir que a questão do programa seja o principal aspecto das deliberações para a constituição do IPT.

A Comissão Política da COB apresentou às distintas organizações filiadas um Projeto de Declaração de Princípios do IPT como base de discussão. Aqui apresentamos uma análise crítica deste Projeto que, em síntese, se mostra como alheio à rica tradição teórica do movimento operário boliviano e que ademais, não possibilita a construção de uma alternativa política viável para o proletariado em momentos de crise capitalista e de desgaste e direitização do governo do MAS na Bolívia.

A Tese de Pulacayo, considerada como “a bíblia do movimento operário boliviano”, assinala que o objetivo estratégico da classe operária na Bolívia é pôr em pé um governo operário-camponês, que é a forma popular de denominar a ditadura do proletariado e isto alcançado pela via insurrecional. A Tese Socialista da COB do IV Congresso diz que na Bolívia a classe operária deve tomar o poder à cabeça da nação oprimida para instaurar o socialismo. Só estes exemplos são suficientes para pôr em evidência como esses documentos históricos do movimento operário boliviano estão anos luz à frente das ambiguidades, dos eufemismos, dos lugares comuns e dos vazios deliberados do projeto de declaração apresentado. A experiência ensina que em política, as ambiguidades não são inocentes, sempre escondem por trás a intenção de meter de contrabando ideias da burguesia, contrárias aos objetivos históricos do proletariado.

A formulação clara e direta de um objetivo estratégico sintetizando em uma fórmula de governo precisa e que não deixe margem a confusões é uma questão essencial na hora de definir um programa. Quando esta formulação, assim clara e contundente, está ausente, o vazio termina preenchido pelo reformismo e pela política burguesa. Não em vão a burguesia é a classe dominante e nessa medida impõe sua ideologia pelas fendas menos pensadas. O projeto de declaração de princípios precisamente carece dessa formulação clara e contundente. Do princípio ao fim se enreda com am-



biguidades e contrassensos óbvios. Uma ideia que anula as outras, etc.

I. A crise internacional capitalista

Um programa destinado a conduzir a classe trabalhadora deve partir, sem dúvida, da análise e compreensão da natureza da crise mundial do capitalismo, das condições e tendências da economia e da política mundial, vendo suas distintas relações e contradições como um todo integral. Para realizar corretamente esta análise, deve-se assumir e aplicar um método. É precisamente esta a ausência fundamental na análise da Comissão Política da COB na redação do projeto de declaração política do Instrumento Político dos Trabalhadores.

Efetivamente, a primeira parte do projeto de Declaração de Princípios é uma repetição de descrições isoladas umas das outras de algumas das manifestações da crise capitalista, sem encontrar nunca o nexo entre elas, mostrando-nos o quadro escuro da situação mundial baseado em exemplos e assumindo uma postura *catastrofista*, onde, segundo o texto, as causas da crise são tão “integrals” que na realidade nunca se diz qual aspecto da realidade é o que joga um papel determinante ou fundamental:

Se bem nos encontramos ante uma crise geral capitalista que arrastou o planeta a um estado de ansiedade generalizada, a atual crise é mais que isso, é uma crise integral, civilizacional, multidimensional e existencial (pág. 1)

Estas palavras são as linhas mestras da compreensão dos redatores do Projeto de Declaração sobre o que eles entendem por *crise capitalista*. Como não se assumiu o método marxista como ferramenta de análise, o exposto está mais próximo do indigenismo do que da política revolucionária. E os erros em relação ao balanço internacional são erros graves, fatais para a classe trabalhadora. Sem uma avaliação adequada da natureza da crise capitalista, os trabalhadores não têm oportunidade de sair dela com êxito, não têm as armas ideológicas para vencer e por isso serão conduzidos, inevitavelmente, à derrota.

Não há dúvidas de que as manifestações da atual crise do sistema capitalista abarcam muitas outras dimensões além da econômica e social. Não cabe dúvida de que uma das piores amostras é o problema da catástrofe ambiental. Entretanto, isto não significa que o aquecimento global seja o “maior dos problemas” da decadência capitalista, como assim parecem acreditar os redatores do *Projeto* (pág. 1).

A ausência de um método científico e o conseqüente abandono das tradições teóricas do movimento operário boliviano explica porque o projeto de Declaração nem menciona à condição *estrutural* da crise capitalista, embora este seja o eixo central para realizar uma análise rigorosa sobre o tema. Os enormes recursos que a economia mundial mobiliza que depredam o meio ambiente, na indústria militarista e também em recursos parasitários como o capital fictício em bancos, seguradoras, bolsas, etc., são manifestações da sobre produção de capitais que se desenvolveu. Depois da 2ª Guerra Mundial o capitalismo repôs em excesso as forças produtivas destruídas, assim acumulou grandes massas de capital que foram destinadas ao capital financeiro especulativo. O regime da propriedade privada dos meios de produção impede o crescimento contínuo desta acumulação e força a burguesia a tomar medidas de rapina e destruição contra a humanidade e o planeta.

Crer, como o faz o projeto de Declaração política do IPT, que o capitalismo em crise sofre uma crise “civilizacional” e “existencial” é ignorar as causas estruturais e bloquear, ao mesmo tempo, uma saída estratégica para os explorados do planeta. Há que dizer claramente aos trabalhadores que a acumulação de riquezas em mãos da burguesia imperialista, significa uma alta concentração do capital financeiro, industrial e comercial e são os obstáculos atuais para o crescimento das forças produtivas, encarnadas pela força de trabalho e pelos meios de produção extraordinariamente desenvolvidos. Os estados imperialistas seguem as leis históricas das relações capitalistas de produção e distribuição que levam até as últimas conseqüências a centralização mundial da economia, de maneira que a manifestação da crise de superprodução em suas fronteiras expressa o esgotamento mundial das possibilidades do desenvolvimento amplo de as forças produtivas.

Ainda que o documento programático do IPT mencione a necessidade de corrigir “o desequilíbrio da realidade material existente” (pág. 2) através da modificação do regime de propriedade privada de as empresas “monopólicas e oligopólicas”, o faz de passagem sem se deter na importância dessa medida para o proletariado do mundo inteiro. Como não utiliza o método adequado para a análise e descuidou de assinalar as causas estruturais da crise, o documento não realiza, nem muito menos, um balanço preciso do estado da luta de classes em nível mundial. Está ausente a demarcação das posições políticas assumidas pela burguesia em nível mundial, que iniciou um ataque brutal contra as conquistas sociais e econômicas da classe trabalhadora, começando pelos países mais desenvolvidos. As venenosas políticas antiope-
rárias, tanto de “neoliberais” como dos “antineoliberais”,

estão sendo aplicadas em doses mais elevadas aumentando o estado de putrefação do capitalismo que destrói a vida dos trabalhadores. Todas essas medidas são utilizadas pelos capitalistas para se contrapor à queda do lucro, à desvalorização dos capitais e as quebras de suas empresas. Deste cenário emerge um maior antagonismo entre a burguesia e a classe operária. Por isto, resulta incompreensível que os redatores do *Projeto*, não digam nem uma palavra sobre a necessidade de que a classe operária, a única classe revolucionária por excelência, se ponha – com seu programa – à cabeça dos movimentos populares que em nível mundial estão opondo uma valerosa resistência aos planos de “recortes e ajustes” sociais e econômicos da burguesia e seus Estados.

Se o projeto de Declaração de Princípios não aborda nem tangencialmente o problema de que classe vai liderar os processos políticos de resistência das massas contra a débacle capitalista, diz menos sobre a necessidade do partido político revolucionário mundial. Sendo que o elemento chave para que a atual etapa de resistência popular, onde a classe operária está presente como força social, passe a uma etapa de ofensiva estratégica do proletariado e das massas contra os Estados capitalistas é a presença do partido mundial da revolução socialista.

A conseqüência natural de uma análise desprovida de conteúdo político revolucionário e meramente descritiva é a ausência de a demarcação estratégica para a classe operária. Se o IPT nasce como uma organização política vazia deste aspecto fundamental, está condenado a ser a repetição de um partido de pressão contra tal ou qual medida da burguesia imperialista, mas sem uma perspectiva própria, fato que o transforma num partido reformista que colabora na sustentação do sistema capitalista. Em nível mundial, o choque entre as forças produtivas extremamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, assim como entre aquelas e as fronteiras nacionais, e a incapacidade da burguesia em resolver essa contradição, salvo a partir de dar curso à barbárie social, colocam a necessidade histórica do comunismo. Trata-se de expropriar a burguesia por meio da revolução proletária e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. Só com a destruição do poder burguês, se começará a compatibilizar o modo de produção, de apropriação e de distribuição com a produção social. Todos estes elementos essenciais para um Partido Político da classe operária estão lamentavelmente ausentes do *Projeto* redigido pela Comissão Política da COB.

II. A caracterização do governo do MAS

Em essência, o que antecede também vale para o que o Documento da COB realiza como balanço do governo do MAS. Afirmando repetidamente que o governo do MAS é um governo de corte capitalista, os autores do projeto de Declaração Política imaginam que resolveram o assunto a respeito do tema nacional. Nota-se que o improvisado e a pressa são dois fatores que também contribuíram para que não se aponte nem meia palavra sobre a questão elementar de todo programa político da classe operária boliviana: a

caracterização do país e de sua particular mecânica de classes.

Desvelar a natureza burguesa do projeto político de Evo Morales e o MAS é resultado de precisões teóricas a respeito da estrutura material do país. O caráter combinado da economia nacional, como produto da intervenção imperialista, que lhe confere um lugar central no modo de produção de um capitalismo atrasado é a pedra de toque para definir a estratégia política da classe operária. Assim começa a exposição das Teses de Pulacayo (1946), assim, nas Teses de Colquiri (1958) o proletariado mineiro se diferenciou do nacionalismo de conteúdo burguês, desta forma se definem as bases constitutivas da Assembleia Popular (1971). Em todos estes casos, este ponto central conduz a assumir a perspectiva da luta por um governo operário, camponês e das classes médias pobres. O fato de que Bolívia forme parte integrante da economia mundial, que, como vimos, tem a suas forças produtivas chocando contra as relações capitalistas de produção (grande propriedade privada), define por que não é possível dar um passo em direção à solução dos grandes problemas das maiorias nacionais se não se assimila bem estas Teses, que se manifestam com clareza no curso do atual governo do MAS, incapaz de oferecer uma saída às demandas do movimento operário-popular devido a seu respeito à propriedade privada em todas suas formas (grande, pequena, média, cooperativa, etc), ao investimento imperialista e aos interesses da classe dominante nativa.

Portanto, não se pode compreender por que os redatores do projeto de Declaração Política do IPT podem pensar que seu rumo político é distinto ao do governo do MAS. Se o que diferencia um projeto político de outro é sua estratégia – que é uma conclusão política da análise das forças políticas em pugna em nossa época – não encontramos maior distância entre as proposições do MAS e as do atual projeto do IPT da COB.

III. O programa de governo do IPT

Os esforços do projeto por se diferenciar do MAS se reduzem a frases retóricas. Diz pretender buscar uma “genuína independência nacional do imperialismo”, uma “genuína soberania econômica” e finalmente uma “genuína justiça social” tudo isto “sintetizado na chamada Agenda de Outubro de 2003”. Os construtores do IPT querem ganhar em uma competição de palavreados o que não podem ganhar desde que renunciaram a apresentar um programa político coerente com os interesses históricos da classe operária.

Pretendem preencher este vazio com uma série de pontos referidos a um “programa mínimo”, aos mais ressaltantes dos quais faremos referência.

1. Declara que o Princípio reitor do IPT será o da “luta de classes”. Não dizem para que nem aonde se dirigirá a luta do proletariado e da nação oprimida.
2. No ponto 8, se menciona a “Defesa dos Princípios revolucionários a favor do indivíduo, família e povo boliviano assim como a unidade em torno ao Estado governado pelas maiorias”. Em primeiro lugar, este postulado é ambíguo, para dizer defender as garantias democráticas individuais e sociais não é necessário declará-lo como



“Princípios revolucionários” já que não o são, necessariamente. A segunda parte da redação (“unidade em torno ao Estado”) está em flagrante contradição com o ponto 7 que menciona o “direito à livre autodeterminação das nações indígenas”, se os redatores do texto acreditam realmente neste último direito devem abandonar suas posturas nacionalistas de “unidade em torno ao Estado”, não importando de que tipo de Estado se trate.

3. Quase ao final, entre as propostas de “programa de governo”, se menciona como fórmula um “governo de excluídos, explorados e oprimidos”. Como já dissemos, a banalidade teórica sobre a natureza das contradições do capitalismo dá lugar a fórmulas vazias como esta. Mas o vazio é um lugar perigoso, pois oferece a possibilidade de ser preenchido com qualquer conteúdo alheio aos interesses dos trabalhadores. Isso é o MAS de Evo Morales. Isso mesmo se quer repetir com este projeto de Declaração política.

IV. Conclusões

O programa político é o aspecto fundamental de uma organização. Aí se delimitam questões – muito importantes, mas subordinadas a este – como as formas organizativas, as táticas a se empregar em cada conjuntura, etc. Sobre a base do Projeto de Declaração política do IPT, é impossível armar a classe trabalhadora com um Instrumento revolucionário que oriente suas ações na atual conjuntura de crise capitalista e de uma acelerada direitização do governo do MAS, que golpeia a cada dia que passa as maiorias nacionais.

Um *Instrumento Político dos Trabalhadores* que adote um documento como este, indefinido a respeito dos problemas transcendentais do país e das maiorias nacionais, transformará as organizações sindicais em trampolim para os oportunistas que aspiram a uma cadeira na Câmara de deputados, mas não numa ferramenta de luta e emancipação do povo boliviano. Este documento, não oferece um balanço sério das experiências de luta dos trabalhadores no plano internacional, tampouco uma caracterização adequada do país e menos ainda uma posição a respeito do papel condutor da classe operária no processo de liberação nacional, portanto, não fornece os faróis que iluminem o caminho para que os explorados do país possam se dirigir para sua emancipação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) elaborou ao

longo de sua história um programa que está vinculado por muitos fios aos marcos da luta ideológica e política do movimento operário e popular. Ao longo desse percurso, foram diversas as ocasiões em que oferecemos generosamente nossos melhores quadros políticos e nossas melhores armas teóricas à luta pela emancipação da classe operária. Nossa conduta, agora, não é distinta. À resolução do XV Congresso da COB propomos a necessidade de constituir uma Frente Política da classe operária e da nação oprimida com o fim de organizar as bases dos setores populares a partir de um programa revolucionário que lute por uma alternativa socialista à atual barbárie do capitalismo. Por isso, oferecemos como base de discussão um Documento histórico dos trabalhadores deste país e que merece ser retomado na atual conjuntura: AS BASES CONSTITUTIVAS DA FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTI-IMPERIALISTA de 1971.

Algumas considerações acerca de certa tática recomendada pelos centristas e revisionistas do trotskismo com referência ao IPT

Todos os centristas e revisionistas do trotskismo, coincidem numa coisa: Acreditam que chegou a sua hora, que por fim lhes está sendo dada a possibilidade de reeditar na Bolívia todas as cambalhotas idiotas a que estão acostumados seus pares no exterior, empenhados em pôr em pé um Partido dos Trabalhadores sem programa. Os burocratas da COB decidiram levar adiante a fundação do IPT desconhecendo a tradição teórica do proletariado boliviano, tentam levantar uma organização sem fronteiras, cheia de ambiguidades e com um programa clara-

Foram pela lâ e saíram tosquiados

Nos dias 7 e 8 de março de 2013, ocorreu na localidade mineira de Huanuni, o Congresso de fundação do Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT), patrocinado pela burocracia sindical da COB e pela Federação dos Mineiros, com fins puramente eleitorais.

Participaram do ato os delegados das seções da Mina Huanuni e um pequeno número de algumas outras organizações filiadas à COB. Contou com cerca de mil presentes. O pequeno Coliseu de Huanuni ficou grande.

Os mais entusiastas com a criação eleitoreira eram as seitas de impostores “trotskistas”, que vieram da Argentina e do Brasil, para os quais a burocracia sindical abriu as portas introduzindo um par de representantes na Comissão Política, encarregada de elaborar os documentos programáticos e organizativos do Instrumento.

Esses aventureiros estavam seguros que tinha chegado a sua hora de penetrar no movimento operário boliviano e apagar a tradição revolucionária do proletariado boliviano, marcada a fogo pelo POR. O que não esperavam era que, como consequência do trabalho de agitação e explicação realizado pelos militantes PORistas em Huanuni, orientado a desmascarar a impostura do IPT, no dia das conclusões finais do evento produziu-se uma revolta dos delegados mineiros, que rechaçaram o ridículo programa, proposto

mente reformista burguês. Por sua parte os centristas e revisionistas do trotskismo estão desesperados para se agarrarem ao terno de algum burocrata sindical que os leve como “deputado” ao parlamento; estão seguros que, quando chegarem lá, deslumbrarão o mundo com suas cambalhotas.

Enfermos de cretinismo parlamentar, segundo diagnóstico de Lenin, não entendem que uma frente revolucionária se faz tendo como base um programa revolucionário, quer dizer, um programa que desde o primeiro momento levante o fundamental da estratégia do proletariado que é a tomada do poder pela via insurrecional para instaurar a ditadura do proletariado como caminho para o socialismo que só pode se desenvolver em escala mundial. Todo o contrario ao que foi a FET (Frente de Esquerda e dos Trabalhadores) na Argentina por exemplo.

Quando se tem como ponto de partida um programa reformista burguês, não é possível desenvolver política revolucionária alguma, nem no parlamento nem fora dele. É coisa de ingênuos ou de mentirosos profissionais, crer que a partir da discussão no interior da frente e “com as bases” se possa transformar o programa burguês em programa proletário, antes que isso ocorra as massas já terão ultrapassado o “instrumento”, que por suas limitações políticas congênicas foi incapaz de dirigi-las para sua emancipação da exploração capitalista. A experiência do PT no Brasil traz muitas lições a respeito. Os desperdícios do trotskismo que rastejam atrás dos burocratas sindicais estão condenados a se fundir junto com eles no fiasco de uma bagunça que pretende ser apresentada como Instrumento político dos trabalhadores.

pela comissão política da COB e rechaçaram enfaticamente a participação dos aventureiros na nova organização que adotou o nome de Partido dos Trabalhadores (PT), ao invés de IPT. A revolta se pode perceber logo na seção inaugural, quando Jaime Solares, que aspira ser o máximo dirigente do PT e candidato às eleições de 2014, foi acossado pelos mineiros de Huanuni enquanto se afanava desesperado para se mostrar radical, recorrendo inclusive às Teses de Pulacayo.

Os delegados decidiram tomar como base a chamada “Tese Socialista da COB, aprovada no IV Congresso de 1970, redigida pelo POR e deformada pela burocracia no último Congresso da COB em Tarija, quando “autocriticamente” se lamentaram de não ter participado do governo do MAS, motivo pelo qual, segundo eles, o “processo de mudança” não foi orientado para o socialismo. Os burocratas usaram de artimanhas para manobrar para evitar que a revolta fosse mais longe e lhes amarrasse as mãos proibindo que o novo “Partido dos Trabalhadores” seja usado como trampolim eleitoral pelos senvergonhas e aproveitadores.

Nomeou-se uma Direção Provisória por 20 dias, encarregada de divulgar aos setores filiados à COB, para que participem na eleição da direção do PT.

Os burocratas e os revisionistas do trotskismo estão se chocando com o instinto das bases, que não querem um Instrumento que seja eleitoreiro e que sirva de escada para os arrivistas. As camadas de vanguarda dos mineiros procuraram os meios e caminhos para retomar sua posição de direção revolucionária da nação oprimida, o que será possível com o alinhamento da maioria oprimida por trás do programa revolucionário do proletário, nisso consiste a frente anti-imperialista. O PT dos burocratas e revisionistas está no sentido contrário e podemos prognosticar que fracassará e sua vida será muito curta.

O PT nasce enfrentando a classe que sabe que os dirigentes que o integram são uns velhacos, corruptos e aproveitadores, que unicamente buscam benefícios pessoais. É o partido da burocracia sindical traidora, que fez de tudo para impedir qualquer ideia radical ou revolucionária que pudesse desviar seu verdadeiro propósito, que é o de servir a ordem estabelecida em proveito próprio.

O cretinismo parlamentar dos revisionistas do Trotskismo lhes impede ver que nenhuma de suas pretensões de “formar a corrente revolucionária e operária do PT com um programa socialista” poderá se realizar. Como esses tontos não existem como corrente política no seio das bases, são alheios a elas, não entendem o que significa “penetrar no seio da classe”, estão condenados a rastejar por trás dos burocratas no afã de conseguir algum postinho de “candidato a deputado”, dessa forma são obedientes até o final com todas as velhacarias dos burocratas.

O “instrumento político dos trabalhadores”: um reduto eleitoral

Reuniu-se em Cochabamba o primeiro Encontro Político-sindical convocado pela COB com a finalidade de aprovar o programa e os estatutos do chamado “Instrumento Político dos Trabalhadores” (IPT). A intenção inicial foi, segundo os propiciadores do encontro, debater dois dias sobre ambos documentos que foram redigidos por diferentes setores que haviam sido designados na plenária anterior da COB.

O encontro contou com a presença orgânica dos mineiros, fabris, construtores, trabalhadores da saúde, trabalhadores da previdência social e outros. Notou-se a ausência da CSUTCB, da CONAMAC, da Federação das Mulheres Camponesas “Bartolina Sisa”, das confederações de professores urbanos e rurais, etc., cujos dirigentes são de clara filiação oficialista.

Iniciou-se o evento com a leitura do “Programa de Princípios” e dos estatutos da organização política que se pretende fundar e rapidamente se pôs às claras o que realmente procura a burocracia sindical com a fundação do “Instrumento Político”. O programa de princípios é um documento frouxo que se reduz a assinalar alguns enunciados abstratos como a defesa da democracia, do princípio da unidade e da solidariedade, da autodeterminação das nações originárias, o rechaço à ingerência estrangeira, etc.

No documento está ausente a caracterização do país, de sua complexa estrutura econômica e de sua composição social. Não existe nenhuma explicação das características e possibilidades



A medida que a luta de classes tende a se agudizar, o choque das bases com a burocracia sindical se tornará mais evidente, os burocratas são organicamente traidores e agentes da burguesia. Seu “Partido dos Trabalhadores” (PT) terá o destino de suas traições, afundará na lama das imposturas de burocratas que tem a fala radical e se pintam de vermelho, mas são organicamente amarelos. A agudização da luta de classes traz juntamente a retomada cada vez mais nítida das aquisições da consciência de classe, entre elas o convencimento das massas de que a farsa eleitoral não serve para nada e que o caminho de sua emancipação passa pela via insurrecional (ação direta), isso que os PORistas, seguindo os clássicos do marxismo, chamam “esgotamento das ilusões democráticas” e que expressa a afirmação da independência de classe. Algo que os revisionistas não entendem, pela simples razão de que há muito tempo abandonaram o marxismo-leninismo-trotskismo.

das classes sociais, não há uma clara posição estratégica e tampouco uma análise das táticas e métodos de luta.

No plano internacional, não há uma caracterização da crise estrutural do sistema capitalista, uma posição frente aos movimentos de rebelião que se operam no mundo diante da agudização da miséria. Não diz nada sobre a restauração capitalista em Cuba e tampouco faz referência aos movimentos reformistas que se apresentam na América, como o Bolivariano na Venezuela, o PT no Brasil e o peronismo na Argentina.

Trata-se de um documento onde todos, reformistas, oportunistas eleitoreiros, expressões democratizantes de direita, etc. podem encontrar acomodação, um documento feito na medida para organizar um grande reduto eleitoral.

A situação é muito preocupante, quando se faz a leitura dos Estatutos. Começa assinalando que o novo partido é respeitoso da Constituição política do Estado Plurinacional e da lei Eleitoral. A forma de organização que propõe é a de um amontoado eleitoral onde todos podem entrar e sair dele.

A grande preocupação dos organizadores é que o tempo para fazer os trâmites da legalização do Partido se esgota. Pretendem aprovar apressadamente o programa, os estatutos, determinar os símbolos, sigla e cores, encher livros com milhares de assinaturas, etc. porque são os requisitos indispensáveis para que a Corte Eleitoral os reconheça como nova entidade política.

O Partido Operário Revolucionário participou do evento por meio da Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de Cochabamba e da Federação Universitária Local da UMSS, com a finalidade de abrir um debate político. Colocou as limitações assinaladas e denunciou que a burocracia está unicamente procurando embarcar-se no eleitoralismo para conseguir alguns currais no parlamento. Também assinalou que já existe um programa revolucionário longamente elaborado pelo POR em constante enfrentamento com as expressões da direita reacionária, com o nacionalismo de conteúdo burguês, com o indigenismo, com o foquismo, com o estalinismo e com as diversas variantes do reformismo. Estando esse programa operário presente, que digam o que não estão de acordo e que coloquem outra perspectiva estratégica. Um debate desta natureza esclareceria melhor o panorama político no campo operário. Os

posicionamentos dos militantes revolucionários, rapidamente, encontraram eco nos setores mais radicalizados do encontro, especialmente no setor mineiro.

Não podemos deixar de denunciar que por trás das aventuras eleitoreiras dos dirigentes sindicais estão os oportunistas de toda natureza, que consideram que chegou a hora de subir no aparato estatal burguês. Alguns manuseiam nome do trotskismo para aparecer como revolucionárias as ideias obscurantistas e reformistas dos burocratas sindicais. A estes impostores aventureiros lhes recomendamos revisar a concepção leninista do partido. Não se pode organizar um partido revolucionário a partir da burocracia sindical. Isso é puro oportunismo reformista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2296, 25 de janeiro de 2013, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

1ª Conferência político-sindical dos trabalhadores

Que tipo de instrumento político pode construir a burocracia?

No cenário nacional desponta a possibilidade de um recrudescimento da luta de classes a partir das consequências oriundas da crise capitalista e também do descontentamento político acumulado em um número cada vez maior de setores populares. O próximo conflito em torno do reajuste salarial e da Lei das pensões enfrentará as bases trabalhadoras mais descontentes e um governo mais prepotente e direitizado. A burocracia sindical, para não ficar à margem da onda social ascendente, deverá reatualizar seu palavreado “radical”, combinado com sua prática conservadora de se comprometer com pactos obscenos com o governo. Politicamente, a burocracia sindical é a mistura entre o primitivismo político e a esperteza crioula (*burguesia nativa*).

Foram muito propagandeadas as posições nas bases que respaldaram na Conferência a ideia do Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT). Por um lado, estão os dirigentes que abertamente têm se mostrado oficialistas e que agora, em uma virada tão comum à sua condição moral e política, querem desesperadamente realizar os trâmites legais para conformar o “partido” que participe nas eleições de 2014. Os trabalhadores de base, cheios de indignação (ou de riso?) ao ver muitos de seus dirigentes, calorosos defensores do “processo de mudança”, exigir a imediata fundação do IPT. Muito próximo a eles, mas levemente distintos, estão os dirigentes que são a cara “radical” da burocracia sindical. Os aficionados em fazer piadas contra o governo nos meios de comunicação, mas que, segundo dizem fontes de primeira mão, nas reuniões às portas fechadas com Evo Morales não se atrevem nem a olhar nos olhos do caudilho que maltrata, a seu gosto e sabor, os dirigentes da COB e seus assessores.

Há também o triste papel dos grupelhos de impostores que se autoproclamam “trotskistas”. Na Argentina, o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) diz lutar em favor de uma corrente antiburocrática e de esquerda nas bases do sindicalismo. Pois bem, na Bolívia, a “seção” deste partido

é a quinta roda do carro da burocracia sindical, tão corrupta e perseguidora dos lutadores como a burocracia peronista, procurando se desenvolver politicamente oferecendo-lhe lirismo “revolucionário” às ambições da direção que sonha com partidos eleitoreiros. Os eternos acusadores do POR boliviano, que não contam com a penetração política real em nenhum setor e, paradoxalmente, o consideram “sectário” ao negar-se a ser o trampolim para as aventuras de certos dirigentes sindicais, estão metidos na política abertamente oportunista que pretende dar lugar à empresa mais sectária de todas: construir redutos de politiquieiros que se aproveitam das organizações sindicais que são dos trabalhadores de base.

A burocracia fixou 30 dias para a “socialização” da declaração de princípios e dos estatutos do IPT. O POR está aberto para debater com as bases para forjar um projeto político de envergadura a partir das organizações sindicais. Não seria a primeira vez que o faz. Primeiro, o Bloco Mineiro Parlamentar e depois a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA) foram formas, em contextos distintos, de Frentes políticas que o POR se dispôs a realizar a partir de organizações de base. Mas sempre se estabeleceu condições elementares para tal tática. Em primeiro lugar, assentar um programa revolucionário, cujos objetivos estratégicos assinalem com clareza a perspectiva de constituir, por meio da revolução social, um governo de operários, camponeses e classes médias pobres. Em segundo lugar, que a dinâmica interna da Frente deve estar assentada na democracia direta, isto é, no controle direto das bases, por meio de suas instâncias naturais de organização, da orientação política e das decisões fundamentais da Frente. No entanto, a burocracia desenvolve sua política de cúpula e de manobras, métodos destinados a orientar o instrumento político para objetivos politiquieiros. O POR e suas frações sindicais terão a tarefa de denunciar diante das bases o caráter veladamente burguês dos objetivos políticos do dito instrumento.

O instrumento político dos trabalhadores (IPT) nos aproxima da revolução ou nos distancia?

Rafael

Em Huanuni, Congresso de Fundação do “Instrumento Político dos Trabalhadores”. Criatura própria da burocracia da COB (Central Operária Boliviana) e da FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos). A título de que nós, os trabalhadores, buscamos “novos” e “democráticos” cenários de luta política, estamos a ponto de presenciar uma nova e vergonhosa aventura eleitoralista na história política sindical do movimento operário boliviano. Sem minimamente se ruborizarem, seus progenitores confessam que o objetivo central deste instrumento é o de participar nas eleições presidenciais de 2014” e assim poder “fazer atividade política”, imersos nas instituições do Estado e do governo central, dizem que, em “proveito dos trabalhadores em seu conjunto”.

Seus inspiradores concebem o IPT como um instrumento fundamentalmente eleitoral e não como um instrumento de vanguarda revolucionária que guie o proletariado e o povo em geral à vitória do processo revolucionário; apagando de vez o objetivo estratégico da luta pela tomada do poder, pelo socialismo, como tem sido programa e tradição na história do sindicalismo boliviano e como assinalam os principais documentos políticos congressuais aprovados. Reproduzindo a clássica proposta estalinista de separar a luta tática (agora eleitoral) para 2014 da luta estratégica pela revolução, priorizam, na prática, o objetivo tático e relegam o objetivo estratégico para um futuro incerto. Assim o confessa Remberto Cárdenas quando assinala que “os trabalhadores e o povo necessitam sim de um partido para as reformas deste tempo e, sobretudo para uma verdadeira revolução, que, adverte, está distante em terras bolivianas”. Agora o objetivo prioritário do proletariado seria conquistar postos no parlamento. Definitivamente, os inquilinos da COB e a FSTMB abandonaram a política revolucionária do proletariado para se atolar no charco do reformismo e do colaboracionismo classista.

Isto também se demonstra quando modelam o tipo de organização do IPT. Para eles, deverá abarcar todo tipo de ideologias e tendências, desde os mais radicais passando pelos moderados até permitir nacionalistas burgueses, cobiçando a todos os que estejam de acordo com consignas como a “nacionalização dos recursos naturais” e o cumprimento da “agenda de outubro de 2003”, sem assinalar, obrigatoriamente, sob a direção de que classe, de que política e sob que métodos se consumiriam estas, precisão teórica que seguramente desmascararia a demagogia da maioria. Cárdenas continua: “O IPT teria de assumir ideias marxistas, leninistas, trotskistas, maóístas, guevaristas, bolivarianas, martianas, castristas e indigenistas, no que sejam complementares”. Confirmando que é um saco de gatos, feito para as eleições e de nenhuma maneira para estruturar um partido do proletariado que antes de tudo é programa político classista. Também confundem o que é partido com o que é sindicato: o primeiro, expressa os interesses históricos da classe operária e não pode se permitir ideologias diferentes ou opostas; o segundo, o sindicato, é uma frente ampla onde podem coexistir diferentes formas de pensamento. O primeiro busca no segundo arrastar a maioria para levar a luta sindical pelo rumo da estratégia comunista. De longe se observa que o IPT não é concebido com rigidez programática e organizativa revolucionárias, condições necessárias para a vitória do processo revolucionário, posto que seu objetivo é outro: o eleitoralismo burguês.

Na verdade, estes burocratas disfarçados não criam um novo par-

tido. O que querem é dar à luz a uma frente eleitoral. Respondendo à velha tática estalinista da “Frente Popular” - conhecida na Bolívia e no mundo, entre outros, como a UDP de 1982 e o agora PT brasileiro -, unidade realizada inclusive com setores burgueses nacionalistas e pequeno-burgueses democratizantes, assumem finalmente a sua condução política. Outra coisa foi a experiência da Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA) de 1971, política frentista revolucionária, unidade da nação oprimida pelo imperialismo, mas sob uma direção ideológica, política e organizativa do proletariado e de seu partido, não para ir às eleições burguesas mas sim para fazer a revolução. O que permitiu aos operários dirigirem o conjunto dos explorados pelo caminho revolucionário em direção à conquista do poder político.

Agora se defendem nos acusando de que nós, os trotskistas, não levamos em conta a experiência eleitoral da FSTMB-POR de 1947; não compreendem que para os revolucionários a possibilidade de utilizar o parlamento burguês como tribuna revolucionária de denúncia depende de dois fatores: primeiro, se as massas estão iludidas com a possibilidade da democracia burguesa solucionar seus problemas e sejam arrastadas inevitavelmente para o jogo eleitoral; e, segundo, o que a mesma Tese de Pulacayo assinala - “nos momentos de refluxo, quando as massas abandonam a luta e a burguesia se apropria dos postos que aquelas deixaram, o parlamentarismo pode se colocar em primeiro plano”. Nenhuma destas duas premissas se cumpre hoje em dia. Sete anos depois de ter vivido a experiência de um governo “camponês” surgido das urnas e depois de ter confiado na via democrática para superar o atraso e a miséria, voltou a desilusão e a frustração quanto às bondades do sistema democrático burguês. Estar na cadeira presidencial e ter a maioria no Parlamento não significou nada, tudo continua igual, os capitalistas continuam sendo donos do país e continuam sugando o sangue dos bolivianos. Os explorados bolivianos não somente se separam velozmente de Evo Morales denunciando como traidor e vendido aos interesses das multinacionais e aos poderosos nacionais, mas também retornam aos métodos tradicionais de luta do proletariado: a ação direta e a mobilização, jogando no lixo as vias legais e pacíficas. Isto ficou demonstrado nas três últimas grandes mobilizações nacionais realizadas. Então ir às eleições neste cenário de radicalização da luta de classes e de um processo ascendente de diferenciação com o MAS é confundir os explorados. É ir contra a corrente; e disso deveriam estar conscientes esses aventureiros: receberão o rechaço dos de baixo ao não se diferenciarem em nada de toda a corja de partidos políticos que buscam assaltar o Palácio Queimado (sede da presidência da Bolívia).

E o que é mais grave: a burocracia sindical abandonou, nos fatos, a luta de rua pelo plano único nacional de 2013 por estar embriagada em seu projeto eleitoral. Tudo faz prever que de agora em diante estes “nossos” candidatos estarão mais preocupados em conseguir votos do que em organizar suas bases para lutar frontalmente contra o governo. O melhor presente para o governo do impostor Evo Morales e o imperialismo é que a COB esteja bem mergulhada na corrida eleitoral e não o enfrente nas ruas nestes próximos dois anos que faltam para os comícios eleitorais.

Ou circo eleitoral ou revolução social. Até acabar com o capitalismo e seus serventes neoliberais ou indigenistas pró-burgueses de plantão

A esquerda revisionista e oportunista diante do Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT)

A movimentação da burocracia sindical da Central Operária Boliviana (COB) no sentido de criar um novo partido conta com apoio de várias correntes revisionistas, que se auto intitulam “trotskistas”. A “Primeira Conferência Político-Sindical dos Trabalhadores da Bolívia”, realizada nos dias 17 e 18 de janeiro, em Cochabamba, mexeu no formigueiro dos oportunistas, esperançosos de poderem contar com um aparato eleitoral de esquerda.

A esquerda defensora de que a burocracia crie o IPT usando a COB já não pode votar em Evo Morales, já não tem um plebiscito sobre o Estado plurinacional para se arrastar por trás do Movimento ao Socialismo (MAS) e já não pode recorrer ao perigo da direita golpista para se manter na sombra da impostura da revolução indigenista. O que essa esquerda vai fazer nas eleições de 2014, se deve estar contra o governo do MAS, cuja máscara do nacionalismo caiu?

A esquerda que aspirou que o burocrata Jaime Solares se lançasse como “alternativa de esquerda”, como “candidatura independente”, “operária e popular” nas eleições presidenciais passadas, agora vê a oportunidade de ter como participar das eleições, caso se aprove o IPT e caso se consiga legalizá-lo. É tão crucial a existência de um aparato eleitoral para expressar o democratismo pequeno-burguês radical, que se teme uma manobra protelatória, por parte da burocracia, em tornar o IPT factível para 2014.

Que correntes são essas? Justamente, as mais diversas variantes do revisionismo e do oportunismo que combatem o Partido Operário Revolucionário (POR). O marxismo-leninismo-trotskismo está imerso na história moderna da Bolívia (desde os anos 30, data de sua formação), profundamente enraizado no proletariado, por seu programa, por suas lutas, por seus sacrifícios e por sua honra revolucionária. O revisionismo, que começa com o “pablismo”, passa pelo “morenismo (fragmentado em uma gama de arremedo do marxismo) e chega ao “lambertismo”, põe fé em um partido de massa (eleitoral), que lhe sirva de meio para quebrar a muralha do trotskismo encarnado pelo POR.

Não há possibilidade alguma. Os revisionistas vão fracassar nesse intento. E já começam a responsabilizar o POR, acusado de “sectário” e de “abstencionista” (pobres imbecis que veem abstencionismo no combate dos trotskistas, no seio das massas, contra o governo burguês de Evo Morales).

O que diz o POR boliviano

O POR esteve presente na Conferência de Cochabamba por meio da Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de Cochabamba e da Federação Universitária Local da UNSS. Em seu pronunciamento, demonstrou a existência do programa revolucionário longamente elaborado e a rica experiência acumulada por sua intervenção na luta de classes. Assinalou que não havia razão para se constituir um partido, que não estivesse sob o programa da revolução e ditadura proletárias. Denunciou a intenção da burocracia

de constituir uma agência eleitoral, utilizando-se da COB. No seu jornal Massas, de 25 de janeiro, publicou dois artigos, que traduzimos para o nosso Jornal Massas de 3 de fevereiro.

Destaquemos algumas passagens:

Sobre a caracterização do documento apresentado na Conferência:

“Trata-se de um documento onde todos, reformistas, oportunistas, eleitores, expressões democratizantes de direita, etc. podem encontrar acomodação, um documento feito na medida para organizar um grande reduto eleitoral”.

Sobre os burocratas da COB:

“A burocracia sindical, para não ficar à margem da onda social ascendente, deverá reatualizar pelo palavreado “radical”, combinado com sua prática conservadora de se comprometer com pactos obscenos com o governo. Politicamente, a burocracia sindical é a mistura entre o primitivismo político e a esperteza crioula”.

Sobre os esquerdistas oportunistas:

“Há também o triste papel dos grupelhos impostores que se autoproclamam “trotskistas”. Na Argentina, o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) diz lutar em favor de uma corrente antiburocrática e de esquerda nas bases do sindicalismo. Pois bem, na Bolívia, a “seção” deste partido é a quinta coluna da burocracia sindical, tão corrupta e perseguidora dos lutadores como a burocracia peronista, procurando se desenvolver politicamente oferecendo-lhe lirismo “revolucionário” às ambições da direção que sonha com partidos eleitores. Os eternos acusadores do POR boliviano, que não contam com a penetração política real em nenhum setor e, paradoxalmente, o consideram “sectário”, por se negar a ser o trampolim para as aventuras de certos dirigentes sindicais, estão metidos na política abertamente oportunista, que pretende dar lugar à empresa mais sectária de todas: construir redutos de politiquês que se aproveitam das organizações sindicais, que são dos trabalhadores de base”.

O que dizem os oportunistas Nota da CST

A CST, corrente do PSOL social-democrata, saudou a iniciativa dos burocratas Juan Carlos Trujillo e Jaime Solares de participarem na Conferência Político-Sindical da COB. Exaltam-nos como se fossem líderes classistas e revolucionários, voltados a pôr em pé o “Instrumento Político dos Trabalhadores” como um partido capaz de lutar pela independência da Bolívia, conquistar um governo operário e camponês (um governo dos excluídos, explorados e oprimidos), assegurar a autodeterminação indígena, etc.

Atacou o POR pelo fato de se opor à formação do IPT. Misturou a posição do POR com a do PC. Eis a frase da CST fundindo o POR com o PC: “Argumentaram que ‘não se pode fazer um programa revolucionário em um mês ou aceitar a legalidade burguesa’. Alegaram, ainda, que a COB

luta por salários, por isso não pode fazer um partido.’ E a CST rebate: “São argumentos equivocados que jogam contra que o povo pobre e os trabalhadores construam seu próprio partido.”

Os grupelhos “La Protesta” e “Alternativa Revolucionária do Povo”, irmãs gêmeas da CST, dizem que faz algum tempo que insistem “acerca da necessidade de uma frente ou instrumento político popular, que possa agrupar sindicatos operários, camponeses e organizações revolucionárias de esquerda ou indígena para enfrentar o MAS e a direita (...)”

Ocorre que os explorados vêm se chocando diariamente com o governo que julgava ser sua redenção e o POR é esse instrumento de combate pelo poder, pela revolução social. O “instrumento político popular” concebido pela “La Protesta” e “Alternativa Revolucionária do Povo” não passa de um partido eleitoral. Precisam desse instrumento para participar nas eleições como oposição pequeno-burguesa democrática.

A CST não pode colocar com clareza a posição que o POR desenvolveu na Conferência. Usa a artimanha de emblocar a intervenção do estalinismo com a do trotskismo. A safadeza da CST se explica: serve à iniciativa da burocracia sindical, saudada como aqueles que afinal resolveram ouvir os apelos de “La Protesta” e “Alternativa Revolucionária do Povo” de constituir um ‘instrumento político popular’.

Mas de onde vem a CST? É um dos estilhaços do morenismo (corrente revisionista fundada pelo falecido Nahuel Moreno). Sobreviveu parasitariamente no Partido dos Trabalhadores (PT), adaptada ao lulismo, abrigou-se no PSOL social-democrata, que se constituiu como ruptura do PT, quando o petismo já estava podre até a medula.

Nota da LORCI – Palavra Operária

Parece ser a corrente revisionista mais empenha na construção de um PT na Bolívia. Meteu-se na Comissão Política da COB, responsável por apresentar os documentos de fundação do novo partido. Como chegou ao píncaro da glória? Por que dirige sindicatos? Não! Por que tem uma importante organização? Não! Por que é reconhecido por um setor do proletariado? Não! Por que tem influência no movimento estudantil? Não! Por que será, então? Porque se ligou à burocracia cobista.

A LORCI procurou um lugar no aparato para fazer demagogia em torno de “um partido com independência dos patrões e do governo”. É claro que não pôde conter sua explosão exitista de que afinal nasce um partido baseado nos sindicatos. Mas também teria de, no arroubo oportunista, fazer uma reflexão circunspecta de que há riscos para o novo rebento. Quais são eles? Primeiro, o da ala direitista da burocracia de desviar o curso de um partido centrado nos sindicatos. Segundo, de que os documentos produzidos na Comissão Política da COB são “ecléticos, abundando em concepções reformistas diante do Estado burguês”.

Ora, o que se poderia esperar de uma burocracia ossificada? Que desse lugar a um fenômeno particular de constituição de partidos de trabalhadores como na Inglaterra nos inícios do século XX e no Brasil, no final desse mesmo século? Ambos, um desastre para a classe operária. Ou nos Es-

tados Unidos, nos anos 30, que não vingou? O que se coloca na Bolívia é uma movimentação da burocracia carcomida pela política colaboracionista, que procura uma via partidária para canalizar a revolta das massas. Os oportunistas fecham os olhos ao desenvolvimento político da Bolívia e, em especial, à implantação do trotskismo, cuja projeção histórica só pode ser negada pelos revisionistas.

A LORCI, que não passa de um pequeno destacamento do PTS argentino na Bolívia, voltado a combater o POR, tomou carona no vai e vem dos burocratas, representados pelos Trujillos, Solares e pelos Pérez – todos inimigos mortais do POR – para se arvorar de campeã do IPT. O PTS que municia a LORCI pretende se identificar como alto teórico do partido dos trabalhadores independente, baseado nos sindicatos, como elaborador de documentos e impulsionador de iniciativas (todas elas dependentes dos Trujillos e Cia). Certamente, essa impostura terá fôlego curto. Mas até lá, a LORCI/PTS terá motivo para atacar o POR, que denunciou na Conferência de Cochabamba a armadilha montada pelos burocratas, que até ontem estavam com Evo/MAS.

Os pseudos trotskistas se sentiram atingidos, por remarem no mesmo barco dos sindicalistas pró-capitalistas e por entenderem perfeitamente que os trotskistas bolivianos apontavam o dedo contra a aventura. Os oportunistas da LORCI – junto com um coro geral dos revisionistas – tiram do bernal a surrada acusação de que o POR é sectário, autoproclamativo, abstencionista, etc. O que mais atinge os lorcistas é a presença física e programática do POR, que impossibilita ao oportunismo se construir com a máscara de marxista-trotskista. A aventura em que se meteu a LORCI, ao lado dos Trujillos e Solares, sem dúvida, estampa a cara pequeno-burguesa dos revisionistas.

O fato do POR defender o programa da revolução e ditadura proletárias e a natureza leninista do partido, não como ideia abstrata, mas como encarnação viva na história do proletariado boliviano, é inconcebível para seus inimigos travestidos de trotskismo. A LORCI/PTS, ao usar a tribuna da burocracia para combater a defesa dos poristas do partido revolucionário existente contra a montagem de um aparato eleitoral da burocracia, mostra o quanto aspira à liquidação do POR. O que significa em termos históricos arrancar do proletariado boliviano o marxismo-leninismo-trotskismo, cuja experiência internacional é singular, pouco reconhecível em outros países.

Dizem os lorcistas que o POR “estabelece uma falsa discussão “de partido reformista ou partido para a revolução”. Basta esta colocação para se ver até que ponto o satélite boliviano do PTS argentino descamba para o oportunismo. Jura que está pela construção de um partido revolucionário e reza o “trotskismo”, porém considera uma falsa discussão caracterizar que o IPT é produto superestrutural de uma burocracia corrupta, que veste a máscara do reformismo e que se contrapõe à tarefa de dirigir a revolta dos explorados para a revolução proletária. Combater o POR desde a trincheira cavada pela burocracia é liquidacionismo. E, para isso, os centristas de várias procedências se lançam em ataque unido ao pronunciamento dos poristas na Conferência de Cochabamba.

Mas de onde vem a LORCI/PTS? É mais um dos estilhaços do morenismo! Professora que rompeu com as posições clássicas de Nahuel Moreno. Precisa se afastar das várias mutações do centrismo morenista. Mas, no fundo, não pode fazê-lo. Um dos pontos fundamentais da âncora baixada por Moreno consistiu no combate ao POR. Isso por que o líder argentino desviou o curso da formação de um partido marxista-leninista-trotskista, negando-se a constituir o programa da revolução proletária. E por que o POR? Porque na Bolívia o trotskismo penetrou no proletariado mineiro – força motriz da revolução de maioria nacional oprimida – e realizou uma inestimável experiência na luta de classes. Sob a direção de Guillermo Lora, o POR contribuiu para a elaboração marxista da teoria da revolução nos países semicoloniais, segundo suas particularidades, evidentemente. O centrismo foi se desmascarando a cada choque com o POR, em torno de conquistas como as Teses de Pulacayo, a formação da COB, o Bloco Parlamentar Mineiro, Assembleia Popular, a Frente Revolucionária Antiimperialista, o combate ao nacionalismo burguês, à fundamentação sobre conformação do país de economia combinada, etc.

O PTS/LORCI expõe o caráter centrista, oportunista e aparelhista de sua corrente filomorenista ao se lançar contra a posição do POR perante o intento da burocracia de formar o Partido dos Trabalhadores boliviano. É engraçado ler o mirabolante raciocínio e a pretensa crítica do filomorenismo de que o POR, ao rechaçar o IPT, estaria “renegando a experiência do bloco mineiro de 47 e ressaltando a experiência de colaboração de classes do FRA”. Não passa de uma manobra retórica de tontos querendo se apossar das experiências do POR, que lhes servem indevidamente para defender o IPT (Teses de Pulacayo e Bloco Mineiro) e usando a defesa do IPT para requestrar os desmoralizados ataques morenistas à tática da frente única revolucionária.

A tática da FUA foi concebida nas **Teses gerais sobre a questão do Oriente**, do IV Congresso da Internacional Comunista. O POR não faz senão reconhecê-la como correspondente aos países semicoloniais e aplicá-la em seu País. No entanto, os morenistas de todas as cores insistem em transformar a tática da frente única antiimperialista em frente popular. E acusar o POR de a ter transformado em estratégia de governo burguês. Os morenistas, assim, não se colocam no campo da divergência político-programática, mas no da difamação. Ocorre que os centristas nunca foram capazes de fazer uma crítica ao programa e à política do POR. É de graça separar o POR que protagonizou as Teses de Pulacayo e o Bloco Mineiro Parlamentar do POR que protagonizou a Assembleia Popular e da Frente Revolucionária Antiimperialista. O caprichoso recorte serve ao intento da LORCI/PTS de formar, em unidade com a burocracia da COB, o IPT anti-marxista, anti-leninista e anti-trotskista.

Outras variantes do oportunismo AMR-TPR na vala comum dos oportunistas

Não somente os morenistas estão empenhados que a burocracia lhes brinde com um IPT, que, por um tempo, lhes sirva de meio para combater o POR. A obscura “Agrupação Marxista Revolucionária” (AMR), que diz “aceitar” a

colaboração da “Tendência Piqueteira Revolucionária”, que por sua vez surgiu de uma cisão no Partido Operário (PO) (Partido Obrero argentino, sob a direção de Jorge Altamira), também resolveu desancar o POR e comparecer como uma voz distinta do morenismo (LOR-CI, La Protesta, APR, Luta Socialista, MST) e do lambertismo (adjetivo que se refere ao falecido dirigente Pierre Lambert da Organização Comunista Internacionalista- OCI). De um lado, está o POR “sectário” e de outro estão os oportunistas que se adaptaram à burocracia da COB para defender o IPT.

Os “revolucionários” da AMR se destacam tanto no deserto quanto no pântano como a Flor do Lácio, purinha, virginal. Mas a Flor do Lácio tem em comum com os oportunistas a mesma posição sobre o POR e os mesmos argumentos, com pequena variação. Eis: “O POR-uma posição sectária funcional ao MAS e oposta a sua tradição”. Conclui, como a LORCI, que o POR estaria dando as costas para suas tradições e acaba reivindicando as Teses de Pulacayo, o Bloco Mineiro, a Assembleia Popular e a FRA.

A reivindicação das tradições do POR pelo AMR-TPR e o seu ataque a todos os adversários do POR que querem o IPT não passa de uma manobra mesquinha dos filoaltamiristas. Nada do que faça ou por mais que critique a burocracia cobista e a esquerda morenista-lamberista, a AMR-TPR não deixará de estar na vala comum dos oportunistas, que querem se valer do IPT para armar seu pequeno círculo na Bolívia.

Banalidades de PCO

Parece que todas as correntes que fazem do “trotskismo” uma caricatura têm necessidade de se referir ao IPT. O Partido da Causa Operária (PCO) segue as pegadas da AMR-TPR. Praticamente, fez um resumo de sua proclamação “Construir um Bloco Operário Revolucionário, Anti-Imperialista, Democrático e de Massas”. É o que se verifica no texto “Bolívia-novo PT”. Já o artigo “O que representa a fundação do novo PT?” se configura como um resumo ampliado.

O redator do texto parece pouco familiarizado com o que foi a Assembleia Popular, trocando-a por Assembleia do Povo, mas acertou na data. No fundamental, reproduz as falsificações dos pablistas e dos morenistas, que repetem incansavelmente que a Assembleia Popular “apoiou o general populista Juan José Torres.” Tudo indica que a ignorância e a mentira são as melhores armas para os agrupamentos pequeno-burgueses, mais ou menos radicais, combaterem o POR.

Os altamiristas brasileiros (dizem que estão rompidos com PO, mas se trata de um segredo de estado, ninguém pode saber o porquê. Perguntamo-nos que PO e PCO têm a ocultar) acham que a luta de classes na América Latina, de um lado, e a burocracia, de outro, impulsionam a formação de um novo partido na Bolívia. Como se trata de fatores contraditórios, o PCO está com a luta de classes pelo IPT e contra a burocracia que está criando o IPT. Esse clichê é reproduzido por todos os oportunistas. Mas os espertos do PCO prognosticam que o IPT será centrista e que haverá uma luta interna entre a burocracia e os “revolucionários”.

Deve-se, portanto, impulsionar um partido centrista, conduzido pela burocracia, esperando que a luta de classes dê supremacia para a tendência revolucionária. Os dirigentes desse partido devem ter se lamentado: que pena que o PCO não esteja no IPT para encarná-la.

O que chama a atenção no resumo que PCO faz à proclamação da AMR-TPR é o fato de omitir a presença do POR. Talvez os altamiristas desgarrados se achem no alto astral, que lhes dá o condão de considerar o POR inexistente.

A miséria política dos oportunistas aparece especialmente diante de questões fundamentais como essa de construir um partido da burocracia cobista em total contradição com o POR. Não há como não dizer que morenistas, filomorenistas, lambertistas, filoaltamiristas e altamiristas desgarrados (não sabemos sobre a posição dos autênticos altamiristas de PO) se enfileiram junto aos Solares, etc. contra a posição do POR que rechaçou o embuste montado na Conferência de Cochabamba.

Morenista do PSTU apoia a burocracia da COB na formação do PT

Luiz Carlos Prates (Mancha) participou da reunião de formação de um partido dos trabalhadores em Huanuni, Bolívia, nos dias 7 e 8 de março, como membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas. Em seu informe, diz que se pronunciou na abertura do encontro em nome da Central, *“ressaltando a importância da solidariedade internacional e da posição adotada naquele congresso”*. Apressou-se em explicar que o novo PT da Bolívia nada tem a ver com o PT brasileiro. Segundo Mancha, o manifesto de fundação aprovado afastou qualquer afinidade com o PT de Lula, que *“teria traído a revolução brasileira”*.

Em tom de júbilo e elogio, diz: *“ao decidirem pela fundação de um partido da classe trabalhadora, os delegados assumiram também uma postura de oposição de esquerda ao governo de Evo Morales e a defesa de um programa anticapitalista”*. *“(…) O partido será baseado nos sindicatos e na COB e terá na sua direção uma maioria de mineiros e trabalhadores fabris, conforme a tradição do movimento operário boliviano”*.

Mancha se utilizou da CSP-Conlutas para defender uma política do PSTU. Falou em nome da Central sem que esta tenha aprovado em um congresso a defesa de um PT na Bolívia. Certamente, essa atitude reflete o quanto a CSP-Conlutas é um aparelho do PSTU morenista.

Mas vejamos o que significa a CSP-Conlutas se comprometer com a formação do PT-Bolívia. Significa se responsabilizar pela criação de um partido baseado e controlado pela burocracia sindical, chefiada por conhecidos burocratas como Jaime Solares. Nenhum valor prático tem a declaração de que não se pretende copiar o PT brasileiro. O concreto está em que a direção do PT boliviano está calcada na burocracia sindical, que provou mil vezes que é colaboracionista, pró-capitalista e corrupta. Não poderá encarnar um *“programa anticapitalista”*, no sentido que encerra esse conceito, de revolução proletária. Sabemos muito bem o quanto os reformistas se utilizam do *“anticapitalismo”* para se enfeitar de

Qual é a tarefa na Bolívia

O Partido Operário Revolucionário trabalha por se tornar uma força física no seio do proletariado e dos demais explorados. O que lhe permitirá materializar a estratégia da tomada do poder e transformação da grande propriedade privada capitalista em propriedade socialista, podendo, assim, resolver as tarefas democráticas do País de economia atrasada e oprimido pelo imperialismo.

A tarefa internacionalista se concentra no trabalho de defesa da revolução proletária na Bolívia, que somente o POR pode encarnar, não desconsiderando a importância de outras forças, caso rompam com a burocracia sindical, o reformismo e o revisionismo.

Derrotar a iniciativa da burocracia cobista de construir o IPT, que conta com o apoio de outras frações da burocracia latino-americana, a exemplo da burocracia da CUT brasileira, é uma tarefa do POR boliviano, que deve ser apoiado internacionalmente.

revolucionários.

O morenismo está pondo fé na burocracia de Solares e Companhia, que assinou o manifesto que diz não querer um PT do tipo brasileiro. É bem provável que os morenistas que estão na Comissão de redação fizeram questão de desidentificar o PT boliviano do PT brasileiro, já que a bandeira de um PT na Bolívia tomou uma forma concreta. Mas, como dissemos, a promessa em palavras não corresponde ao movimento dos fatos. A notícia dada por Mancha de que o PT boliviano se baseará nos sindicatos e terá na sua direção uma maioria de mineiros e trabalhadores fabris, como se fosse a garantia de que nasce um partido capaz de se colocar tarefas revolucionárias, é um embuste morenista (revisionista do trotskismo).

A tradição do movimento operário boliviano de ter a maioria mineira e de fabris na direção da COB se deve ao marxismo-leninismo-trotskismo, ou seja, à influência decisiva do Partido Operário Revolucionário (POR). Reivindicar essa tradição para constituir um aparato eleitoral da burocracia, que diga-se de passagem tem socavado essa tradição, é um recurso para dar crédito à política morenista de formar partidos de trabalhadores, baseados em sindicatos. Não por acaso, Mancha expressa a consigna centrista de *“oposição de esquerda ao governo Evo Morales”*, a mesma propagandeada pelo PSTU em relação ao governo do PT (Dilma Rousseff). A *“oposição de esquerda”* se realiza no campo da democracia burguesa e dos métodos institucionais, eleitorais.

A gravidade dessa impostura – impostura porque se vale da máscara do trotskismo e dos enfeites colocados com que veste a burocracia – está no fato dos morenistas se unirem a Solares e Companhia para criar um *“Instrumento Político”*, que não irá combater a burguesia, mas que, sim, combaterá o POR.

É preciso denunciar e rechaçar a utilização que o PSTU faz dos sindicatos que dirigem e da CSP-Conlutas para viabilizar sua concepção antileninista do partido.

Publicamos os capítulos finais do livro de Guillermo Lora “Bolívia: da Assembleia Popular ao golpe fascista”. A experiência do proletariado e dos demais oprimidos em constituir um organismo de duplo poder contando com a intervenção programática e organizativa do Partido Operário Revolucionário (POR) mantém sua vigência e deve ser assimilada pelos revolucionários para orientar a luta contra a burguesia. O mesmo diz respeito à constituição da Frente Revolucionária Anti-imperialista, que se estruturou no exílio como uma potencial força voltada a recuperar a Assembleia Popular, que teve seu funcionamento interrompido pelo golpe fascista de 21 de agosto de 1971.

A enorme potencialidade do movimento operário mineiro e de sua expressão comunista, que é o POR, não tem sido bem aproveitada internacionalmente. Uma das causas fundamentais se encontra no revisionismo pablista que tomou conta da IV Internacional, principalmente nos anos 50. O isolamento do POR passou a ser uma norma de todas as variantes do revisionismo, que têm como tronco o pablismo. Mais do que isso, combatem o POR nas fileiras de suas organizações com todo tipo de falsificações.

Temos a certeza de que a crise capitalista obrigará os revisionistas a revelarem sua política antimarxista. Nessa edição do Boletim Internacional do Comitê de Enlace, vemos os revisionistas do trotskismo se lançarem, sob a sombra da burocracia da COB, a constituir um partido de oposição eleitoral, que inevitavelmente se levantará contra o POR e a revolução proletária.

Extrato de “Da Assembleia Popular ao golpe fascista” Guillermo Lora.

Necessidade da frente revolucionária antiimperialista

A Assembleia Popular foi uma particular forma soviética que implicou a unidade anti-imperialista da nação oprimida sob a direção política da classe operária. Em sua curta história, não conheceu desvios direitistas nem ultra esquerdistas e foi a estratégia do proletariado convertida em organização. Em 21 de agosto de 1971, não foi destruída fisicamente, a nova situação política determinou, de maneira quase mecânica, seu recesso; no entanto, sua validade foi confirmada pelos acontecimentos na medida em que se demonstrou a justeza da estratégia do proletariado. Estas são as razões pelas quais não podia desaparecer do cenário por um longo período, mas tampouco podia simplesmente se esperar sua reinstalação desde os primeiros momentos do governo fascista. Rapidamente se tornou palpável a necessidade de manter em pé a política da Assembleia Popular, expressada nos programas políticos da Central Operária Boliviana e dela mesma, mas as novas circunstâncias lhe obrigaram a adotar uma nova forma. Aqueles que não percebem a mudança da situação política pugnam para que se volte a convocar a Assembleia Popular, mas se esquecem de assinalar como se procederá, nas condições imperantes, para eleger os delegados das bases operárias, ou como será possível reunir mais de duzentos representantes. A Assembleia Popular sem deliberações públicas, sem possibilidade de atuar como o polo catalisador das tendências revolucionárias, é inconcebível.

A Assembleia Popular aparece no momento de maior mobilização das massas, quando estas se encaminhavam firmemente em direção à conquista do poder político. É esta circunstância do processo revolucionário que explica seu nascimento, como resposta a uma necessidade histórica e suas características particulares.

A simples constatação de que as massas bolivianas já não são, no momento, donas da rua, deve nos levar ao convencimento de que a Assembleia Popular não pode existir com os traços que teve antes de 21 de agosto de 1971. Os objetivos políticos imediatos também se modificaram; trata-se de por as massas em pé de combate – em outro lugar dissemos transformar a resistência passiva em ativa – e não se colocar a conquista do poder de maneira imediata.

É certo que depois de 21 de agosto de 1971 se formulou acertadamente a continuidade da linha estratégica da Assembleia Popular e a manutenção da hegemonia política do proletariado; logo se compreendeu que já não era possível, como ocorreu durante o funcionamento da Assembleia Popular, traduzir em quantidade essa influência política decisiva.

Superando a discussão, a realidade diária impôs uma profunda mudança estrutural à organização que encarnava a estratégia da conquista do poder. Os observadores superficiais se apressaram em sublinhar que entre a Assembleia Popular e sua nova versão não havia absolutamente nada em comum. Além disso, se lançou a fábula de que a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA) – a nova pele dentro da qual a estratégia revolucionária do proletariado se viu obrigada a se meter – era nada menos que a negação da Assembleia Popular. A ignorância e a má fé se fundiram na leviana acusação de que a Frente Revolucionária Anti-imperialista deliberadamente marginalizava o proletariado de sua direção. Nos períodos de retrocesso momentâneo das massas e de clandestinidade, o proletariado somente pode se expressar através de sua vanguarda revolucionária e não de suas ocasionais direções de tipo sindical, como se analisa mais adiante.

Depois dos acontecimentos de 21 de agosto de 1971 se colocou diante dos revolucionários e da classe operária a necessidade de se constituir organizações adequadas para a luta contra a reação em condições de clandestinidade. Essa necessidade justificou e obrigou o nascimento da Frente Revolucionária Anti-imperialista. Sua ideologia é a prolongação da sustentada pela Assembleia Popular, mas sua estrutura está definida pelas condições políticas imperantes no país.

Criatura legítima de um povo subjugado pela bota militar, não pode escolher à vontade seu lugar de nascimento. Seus primeiros passos são as vacilações da esquerda no exílio e teve que se cuidar muito para não pagar caro pelo complexo que nasce naqueles que se sentem marginalizados da realidade de seu país de origem.

Procuraremos sintetizar os traços diferenciais da Frente

Revolucionária Anti-imperialista e as razões que nos permitem afirmar por que não é mais que a prolongação política da Assembleia Popular.

Características

A Frente Revolucionária Anti-imperialista abarca toda a gama da esquerda boliviana, desde as tendências que de alguma forma se entroncam com o nacionalismo, cujo ciclo se inicia em 1951 e que ainda não chegou ao seu fim (além do PRIN está VALOR e existe a possibilidade da incorporação de frações dissidentes do MNR oficialista), até as mais radicais e os partidos formados através dos múltiplos fracionamentos do tronco marxista.

Neste aspecto, a Frente Revolucionária Anti-imperialista mostra diferenças com a Assembleia Popular. É visível a presença, entre outras organizações, dos grupos movimentistas, do Partido Socialista, do Exército de Libertação Nacional e dos militares antigorilas (Forças Armadas Revolucionárias).

A Assembleia Popular decidiu eliminar o Movimento Nacionalista Revolucionário porque este partido se orientava francamente para a direita (a direção pazestensorista apareceu publicamente comprometida com o golpe fascista do general Miranda, em janeiro de 1971) e estabeleceu severas condições para a admissão de novos partidos políticos. A Assembleia Popular se considerava, a justo título, depositária da estratégia revolucionária e via com desconfiança o chamado a suas portas de grupos de passado duvidoso e programa titubeante. A amplitude da Frente Revolucionária Anti-imperialista se explica porque atua em condições difíceis de repressão e porque considera que todos os esforços são bons quando se trata de por em combate todo o povo, a partir do momento em que a mobilização massiva não pode ser obra de grupos isolados.

A amplitude deliberada com a qual a Frente Revolucionária Anti-imperialista considera a adesão das agrupações políticas se complementa com o espírito frentista que se apoderou destas. A mudança de atitude de muitos grupos neste nível não é consequência unicamente do chamado lançado pela Frente Revolucionária Anti-imperialista, mas sim da reação daqueles diante a necessidade de estruturar a unidade revolucionária. A lição do 21 de agosto foi, desta maneira, definitiva. Na batalha e nos momentos difíceis já se selou, sem nenhum acordo prévio, uma unidade similar.

Não há exagero algum quando se sustenta que a Frente Revolucionária Anti-imperialista já nasceu nas jornadas de 21 de agosto de 1971, fato que não se desmente por ter tido curta vida larvária até o momento em que se proclama como direção das maiorias do país. A adesão do Exército de Libertação Nacional à Frente Revolucionária Anti-imperialista – e isto desde os primeiros momentos – é exemplo ilustrativo a respeito. A poderosa tendência do Movimento Nacionalista Revolucionário à capitulação diante a reação criolla e do imperialismo constituía um obstáculo para a Assembleia Popular quando se encaminhava a tomar o poder. Para a Frente Revolucionária Anti-imperialista, o surgimento de frações de esquerda dentro do movimentismo – “esquerda” que deve ser considerada como movimentista e não como marxista – pode ajudar grandemente na luta contra o governo



gorila fascista e na incorporação dessas frações em seu seio, o que facilitará a mobilização de massas e debilitará em grande medida o oficialismo.

Nesta concentração de tendências diversas, o problema da direção tem importância de primeira ordem. A linha política do proletariado se encontra presente no seio da Frente Revolucionária Anti-imperialista por meio de seus documentos constitutivos e porque parte – segundo expressa sua declaração – da Tese Política da Central Operária Boliviana e da experiência da Assembleia Popular reflete os ensinamentos de tal experiência.

Claro que não é suficiente a aprovação de um bom programa para assegurar que uma frente política não sofra oscilações e desvios para a direita, que não capitulará diante do imperialismo ou que não acabará envolvida em golpes aventureiros. Se ocorresse que a Frente Revolucionária Anti-imperialista caísse nas mãos de uma direção estranha à classe operária – no caso o nacionalismo burguês supostamente anti-imperialista – seu programa seria desvirtuado pela ação diária contrária à estratégia revolucionária. A única forma de garantir a hegemonia proletária dentro da Frente Revolucionária Anti-imperialista – autodefine-se como frente anti-imperialista revolucionária, isto é, dirigida pela classe operária – consiste em garantir uma direção que expresse adequadamente a estratégia da classe operária. O predomínio numérico dos grupos nacionalistas – expressões da pequena burguesia radicalizada – em sua direção obrigaria a Frente Revolucionária Anti-imperialista a se separar da estratégia proletária.

Com tudo isso queremos dizer que se deve cuidar zelosamente que as aquisições políticas permaneçam em mãos dos partidos, que, em seus programas, expressam os interesses históricos da classe operária. Por mais amplas que sejam as novas filiações, é necessário lutar francamente para que a participação nacionalista e pequeno-burguesa seja minoritária na direção da Frente Revolucionária Anti-imperialista.

Essa ampla unidade que é a Frente Revolucionária Anti-imperialista parece surpreendente para o observador por duas razões: 1) trata-se de uma frente de tendências revolucionárias controlada pelas marxistas, entre elas nenhuma sustenta a possibilidade de haver uma transformação pacífica da sociedade na qual vivemos e 2) se dá ao redor de ideias claramente

estabelecidas sobre as finalidades estratégicas e os métodos de luta. É suficiente recordar estes antecedentes para compreender seu grande significado histórico.

É notável o método que se seguiu para conquistar a materialização da Frente Revolucionária Anti-imperialista e é certamente oposto ao que até agora se empregou nos trabalhos frentistas. Geralmente se procedia partindo da ocultação das diferenças principistas e tudo se limitava a sublinhar as circunstanciais coincidências de objetivos, quase sempre puramente táticas. A experiência ensina que estas frentes são basicamente efêmeras e frágeis, que de alguma maneira expressam a pouca evolução política geral do país, de suas massas e, conseqüentemente, de seus partidos políticos. Estas frentes, cimentadas nas declarações hipócritas de unidade, começam por exigir de seus integrantes a renúncia ao direito à menor crítica dos diferentes partidos políticos que a conformam e concluem fragmentadas assim que as discrepâncias ideológicas e políticas se tornam públicas. A defesa intransigente do direito à crítica do pensamento e conduta dos ocasionais aliados é fundamental para os revolucionários, porque constitui um recurso que lhes permite educar as massas em geral, por meio do desmascaramento de suas falsas direções. Deve-se advertir que o partido da classe operária não pode renunciar a sua ambição legítima de ganhar para seu programa a maioria da classe e isto somente pode se concretizar caso demonstre que os outros partidos políticos se quebram ou claudicam na luta anti-imperialista.

Queremos sublinhar uma lição já colocada em relevo pela Frente Revolucionária Anti-imperialista. Para constituir-se, seguiu um caminho diferente dos manejos frentistas utilizados até hoje e que se reduzem a diversas manobras utilizadas para encobrir os verdadeiros objetivos pretendidos, isto com a finalidade de enganar aos ocasionais companheiros de rota.

Na conformação da Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA) procedeu-se a prévia e cuidadosa delimitação das posições ideológicas, das diferenças políticas e de princípios dos partidos interessados em se integrar na frente que estava nascendo.

Partindo desta encarniçada, radical e tenaz discussão, foi possível elaborar com clareza a finalidade estratégica e os métodos de luta únicos que devem ser aplicados de maneira conjunta. Consciente ou inconscientemente se seguiu o conselho de Vladimir I. Lenin que diz que, para nos unirmos, devemos previamente nos delimitar, saber o que somos e quais são nossas verdadeiras divergências. Nestas condições, fica preservada a mútua crítica entre as organizações que conformam a FRA, crítica que tem lugar todos os dias, dentro dos organismos da frente e fora dele.

Objetivos

Resumimos os objetivos que a Frente Revolucionária Anti-imperialista:

1. Em sua carta fundamental de constituição se lê: "A Frente Revolucionária Anti-imperialista se organiza para a tomada do poder. O povo da Bolívia alcançou um nível de consciência revolucionária que o habilita para a luta pelo socialismo como finalidade política".

A Assembleia Popular se definia como órgão de poder

das massas e do proletariado, cujo objetivo central era o de conquistar o poder político e construir o socialismo. É fácil concluir que estrategicamente a Assembleia Popular se projeta em direção à Frente Revolucionária Anti-imperialista, que não é, certamente, uma frente ocasional, mas sim uma frente para tomar o poder e construir o socialismo, que comporta a mais elevada maturidade política das massas e, particularmente, do proletariado.

2. Não resta dúvida de que a FRA tem como objetivo imediato à luta contra a ditadura militar contrarrevolucionária e fascista. Não se coloca como tarefa realizar a oposição pela oposição, atitude que, como ensina a trágica história da Bolívia, pode concluir coadjuvando com as camarilhas golpistas formadas em torno do mesmo poder, mas que fixa com clareza o tipo de governo que se deve instaurar como consequência da vitória da luta frentista: governo dirigido pelo proletariado, concepção na qual se sintetiza toda a experiência anterior das lutas sociais, que exige a assimilação da experiência e lições da Assembleia Popular e expressa, em um elevado nível político, a tendência fundamental dos explorados para a constituição de seu próprio governo e a construção do socialismo. Com base nas postulações programáticas da Frente Revolucionária Anti-imperialista, encontram-se a controvertida Tese Política aprovada pelo IV Congresso da Central Operária Boliviana e as Bases Constitutivas da FRA.

Na Frente Revolucionária Anti-imperialista estão unidos os partidos de esquerda e as grandes organizações de massas (sindicais, camponesas, estudantis, populares, etc.). A esquerda boliviana, sob a influência do trotskismo, que teve o acerto de tirar as devidas conclusões políticas do palpitante desenvolvimento dos acontecimentos, assimilou devidamente a certeza de que a revolução social será feita pelas massas e por ninguém mais. O proletariado conclui se convertendo em direção da nação sublevada, que luta e se unifica buscando romper os laços de submissão que lhe prendem ao imperialismo. Seria absurdo, por não dizer utópico, colocar a possibilidade de uma revolução puramente proletária ou socialista, na qual a classe operária pode se dar o luxo de marchar só contra a maioria nacional. A viga mestra da estratégia revolucionária não é outra que a aliança operário-camponesa (neste conceito se inclui a urgência de conseguir o apoio da pequena-burguesia das cidades para a política do proletariado), o que quer dizer que a classe operária arraste por trás de si a maioria nacional.

Os partidos políticos frentistas estão interessados em atuar com referência a amplos setores das massas, atividade que supõe a luta interpartidária e somente mediante ela é possível impor a linha política da FRA.

3. A esquerda boliviana se dividiu e subdividiu em numerosas oportunidades ao redor das disputas e discrepâncias sobre os métodos de luta que é preciso se empregar no processo revolucionário, discussão que leva implícita a concepção partidária acerca da mecânica de classes, na qual se manifesta uma das particularidades do país.

Na Bolívia, as tendências políticas que sustentam a possibilidade da passagem pacífica do capitalismo ao socialismo não foram capazes de formular suas teses de forma franca e sistemática, o que se deve atribuir à poderosa pressão sobre

elas de um país radicalizado ao extremo. O que fazem é tratar de desvirtuar ou atenuar os métodos que partem da ação direta.

A discussão foi centrada em torno do foquismo, que em certo momento pretendeu se apresentar como substituto do partido político e que agora continua com a fortuita linha de busca de contato com o povo, e a luta insurrecional das massas. Estas posições se apresentaram, a certa altura do debate, como irredutíveis em sua oposição, o que correspondia exatamente à realidade. O debate teórico, por si só, não tinha possibilidade de obrigar os ultra-foquistas, espécie da qual ainda há exemplares, a modificar suas posições e a se submeter à direção da classe revolucionária, o que é diferente do reconhecimento lírico da hegemonia política do proletariado no processo de transformação. O choque das concepções foquistas com a dura realidade e os catastróficos descalabros que ocorreram obrigaram os esquerdistas a uma tácita revisão e os forçaram a buscar avidamente uma maneira de moldar um movimento relacionado às massas.

A grande maturidade política do processo revolucionário boliviano se mede pelo fato de que a esquerda concentrada na Frente Revolucionária Anti-imperialista consegue formular uma proposta unitária sobre os métodos a se empregar na revolução. Esta unidade é uma das grandes virtudes da frente porque lhe permite dedicar-se cuidadosa e pacientemente aos trabalhos preparatórios da insurreição, sem correr o risco de um aborto do processo ou de reduzi-lo à prostração em meio à inoperância. Nunca será suficiente pontuar o fato de que a extrema esquerda se submeteu, por instantes e relutantemente, aos métodos próprios da revolução proletária.

Em um dos documentos básicos da Frente Revolucionária Anti-imperialista se coloca:

“A Frente Revolucionária Anti-imperialista estabelece que a luta revolucionária na Bolívia não descarta nenhum método de luta, pelo contrário, reconhece a validade de todos. No entanto, se deixa estabelecido que não situa todos eles no mesmo nível, e declara que a primazia de um sobre os outros dependerá do condicionamento político em cada fase da luta insurrecional, devendo ser todos, e em todo tempo, os que são próprios da revolução proletária, em cuja base se encontram a mobilização das massas e a ação direta como método fundamental, que pode adquirir formas diversas segundo o momento político, a partir das manifestações armadas, etc. É a direção política do proletariado que determina que todas as formas da luta sejam expressões dos métodos próprios da revolução proletária. Para a Frente Revolucionária Anti-imperialista a luta armada tem de ser, necessariamente uma manifestação concreta da luta das massas.

Isso pode ser resumido na seguinte fórmula: tudo com as massas, nada sem elas ou contra elas. A luta armada adquire transcendência na medida em que se converte em uma atividade própria dos explorados, nesta medida pode chegar a ser experiência da classe e contribuir para a evolução da consciência desta.

A subordinação das diversas organizações aos métodos da Frente Revolucionária Anti-imperialista está expressamente estabelecida da seguinte maneira: “Cada uma das organizações que compõem a Frente Revolucionária Anti-im-



perialista deve atuar de acordo a um plano político-militar coletivamente elaborado. O descumprimento deste plano assim como as atuações ou decisões que contrariem esta forma de trabalho revolucionário e unitário, que tenham caráter sectário, fracional ou divisionista, devem ser energicamente repudiadas”.

A norma tática fundamental da Frente Revolucionária Anti-imperialista pode se resumir assim: “Toda ação que contribui para aproximar as massas da insurreição é boa e aquela que as separa desta finalidade é repudiável”.

A ação direta das massas adquire as formas mais diversas e uma ou algumas destas formas podem alcançar vigência em determinadas condições políticas, relegando ao segundo plano as outras. A Frente Revolucionária Anti-imperialista, por exemplo, não desconhece nem rechaça por princípio as ações de comando ou a guerra de guerrilhas, mas as subordina às necessidades criadas por um determinado momento político, que está definido, basicamente, pela atitude que assumem as massas e pelas modificações que se operam em sua consciência.

Esta é a realidade que determina vigência ou não de um método de luta. Não se trata simplesmente de uma mudança da situação política, mas de que as massas somente amadureceram para utilizar eficazmente um determinado método de luta. As forças revolucionárias se veem diante da necessidade de sobrepujar determinados obstáculos em sua luta e a resposta que dão a esta exigência (necessidade histórica) não é outra coisa senão a adoção de um método de luta já existente ou a criação de outro.

A Frente Revolucionária Anti-imperialista é uma frente de partidos políticos, que indiscutivelmente são uma minoria inclusive com referência à classe operária minoritária. Este comando minoritário tem a missão de se pôr em combate e dirigir até a vitória as massas, o que somente pode ser conquistado se realmente se integra de maneira total no processo social e siga as tortuosas vicissitudes da luta de classes.

Constitui uma preocupação inevitável soldar a vanguarda com o grosso da classe. Os primeiros trabalhos devem estar destinados a mobilizar as massas, partindo do descontentamento popular que existe diante da falta da atitude governamental, da surda resistência ao fascismo. Esta mobilização começará unindo os brotos espontâneos de resistência e de

protesto, que atualmente se produzem em forma crescente nas diversas classes sociais. A primeira tarefa consistirá em generalizar esses brotos através de uma consigna que os una e os eleve politicamente, consigna que colocará a luta pelas garantias democráticas e as reivindicações econômicas e sindicais elementares. O objetivo é por as massas em combate e imprimir um caráter político a sua mobilização. Isto só poderá ser conseguido se cotidianamente se segue, passo a passo, a linha que marca o desenvolvimento da luta de classes. Os operários vivem e se mobilizam a cada instante ao redor de pequenos objetivos.

O que corresponde, a esta altura, é projetar esses brotos de luta para sua generalização, que é o caminho que conduz a luta de classe contra classe, quer dizer, para o combate político.

A frente revolucionária anti-imperialista e as massas

Não se trata de se isolar das massas para assim poder, nas atuais circunstâncias políticas, levantar consignas puramente socialistas e altissonantes, mas sim de marchar junto com elas e, por isso, necessariamente, se deverá ter em conta seu estado atual, inclusive seus preconceitos e suas limitações naturais.

As consignas a serem formuladas devem cumprir a função de servir de ponte que permita às massas se aproximarem a cada dia mais e mais em direção ao poder – ou melhor, de se aproximar a cada dia mais e mais um milímetro mais, em direção a ele –, partindo de sua luta imediata.

A defesa das garantias democráticas, do fórum sindical, das conquistas sociais mais elementares, da vigência da Constituição, das riquezas e interesses nacionais, etc., adquirem importância revolucionária transcendental neste momento. A experiência direta que vivem as massas, por menor que seja, tem um enorme significado para sua maturidade política, muito mais que a difusão dos princípios e consignas abstratas de socialismo. Lenin tinha razão quando defendia que um passo na luta diária vale mais que toda uma biblioteca de livros teóricos. Os bolivianos aprenderam e amadureceram mais, por exemplo, na greve de fevereiro, que com a leitura dos periódicos e folhetos que publicam os marxistas publicam, quando publicam.

De qualquer que seja o ponto de vista, é errônea e absurda a tese de que as organizações operárias não estão presentes na Frente Revolucionária Anti-imperialista. A Tese Política do IV Congresso da Central Operária Boliviana assinalou a linha mestra no sentido de ser indispensável à formação de uma frente Anti-imperialista para conquistar a libertação nacional. A tática que poderia ajudar a superar a debilidade do fator subjetivo da revolução. Cumprindo este mandato, importantes dirigentes sindicais acreditaram que seu dever elementar é impulsionar a formação da Frente Revolucionária Anti-imperialista e redigir seus documentos básicos. Muitos dos dirigentes dos partidos políticos que se reclamam do proletariado são, ao mesmo tempo, sindicalistas.

Nem os dirigentes operários que protagonizam o nascimento da Frente Revolucionária Anti-imperialista e lutam por consolidá-la, nem os partidos marxistas, sobretudo depois da rica experiência da Assembleia Popular, podiam

aceitar a marginalização da classe operária da nova organização, que objetiva levar as massas a derrotar o fascismo. Por outro lado, dentro das fronteiras do país, cenário em que se travará a batalha definitiva contra o fascismo, os dirigentes das organizações operárias participam na direção da frente.

Continuidade da Assembleia Popular na Frente Revolucionária Anti-imperialista

Eliminar a classe operária da Frente Revolucionária Anti-imperialista significaria abandonar as posições que as massas haviam alcançado na luta e que, portanto, acumularam como parte da sua experiência. Se isso realmente ocorresse implicaria no abandono da estratégia revolucionária do proletariado e constituiria um retrocesso em relação à Assembleia Popular. Nenhuma destas variantes, que podemos desenvolver no plano das suposições, ocorre em uma organização que se proclama - em sua linha política - continuadora da Assembleia Popular. Tampouco, existem razões para que os partidos abandonem as suas ideais políticas e sua estratégia, em cuja base se encontra a indiscutível hegemonia da classe operária na revolução, havendo discrepâncias apenas na forma como se materializará essa hegemonia. É possível dizer que a Frente Revolucionária Anti-imperialista herda a tradição boliviana no sentido de que apenas o proletariado pode dirigir politicamente as lutas pela libertação nacional e social. Por isso, nunca será um exagero reiterar com insistência a relação de continuidade que existe entre a Assembleia Popular e a Frente Revolucionária Anti-imperialista.

Afirmamos que a Assembleia Popular constitui a maior conquista alcançada no processo revolucionário porque trata-se de uma criação das próprias massas e os atos desta natureza são definitivos na história social.

A Assembleia Popular agrupava fisicamente as mais amplas camadas dos explorados, muitas das quais aderiam à luta política, pela primeira vez. Nas condições de clandestinidade não é possível funcionar essa representação direta; isso expressa unicamente no plano político. A diminuição do peso representativo dos partidos foi uma das consequências das características da Assembleia Popular; agora, o partido é o porta-voz genuíno da consciência de classe e, conseqüentemente, se tem a impressão de uma hipertrofia partidária em prejuízo das organizações sindicais.

Se o que interessa é conservar a essência da Assembleia Popular não se pode esquecer que todo o debate que se faça deverá ter como ponto central o problema de como conservar e projetar a natureza de órgão de poder, na medida em que foi a única autoridade política para as massas. A Frente Revolucionária Anti-imperialista ao propor uma profunda mobilização, enraizada na atividade elementar dos explorados, não faz outra coisa senão preparar as possibilidades para que, num plano político mais elevado, certamente, a Assembleia Popular possa vir a ressurgir.

A Assembleia Popular, como assinalam os seus estatutos, adquiriu um caráter de frente revolucionária anti-imperialista, liderada pela classe operária.

A natureza da Frente Revolucionária Anti-imperialista é a mesma e não por acaso. Esta Frente não tem uma finalidade em si mesma, mas, ao contrário, constitui o canal que

centraliza as classes e correntes empenhadas em efetivar a libertação nacional, como um aspecto da revolução feita pelo proletariado.

A frente Anti-imperialista que estamos pondo em prática não tem nada a ver com as supostas “frentes anti-imperialista” lideradas por correntes burguesas nacionalistas ou pequeno-burguesas e que, na prática, acabam subordinando os trabalhadores às classes sociais que lhe são estranhas. Estas frentes, das quais a história nacional e internacional está repleta de exemplos, terminam invariavelmente dando origem a governos complacentes com o imperialismo e convertendo os operários em seus simples serviçais.

Quando se parte do princípio da direção política do proletariado nas frentes anti-imperialistas, o que se faz é modificar profundamente suas projeções. Não se discute que a libertação nacional expressa parte substancial de seu programa, mas essa libertação nas mãos da classe operária converte-se apenas em um aspecto da revolução proletária e em um dos passos no caminho da construção do socialismo. É isto o que não compreende muita gente e, particularmente, os que criticam desde a esquerda.

Para nós, o antecedente da frente única anti-imperialista, isto é, o que estamos construindo agora, se encontra nos primeiros congressos da Internacional Comunista, marxista-leninista, cujos documentos básicos foram escritos, analisados nas discussões e defendidos por Lênin e Trotsky. Os fundamentos da IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista, estão constituídos não unicamente pelo Programa de Transição (esta transcendência está fora de discussão), mas sim pelas teses e resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista.

Os bolcheviques não puderam ignorar que as massas dos países atrasados começam a ser mobilizadas pela burguesia nacional e sob falsas e demagógicas bandeiras anti-imperialistas; entre as massas, que se encontram em passagem pelo caminho extraviado, encontra-se a classe operária. Trata-se de descobrir os meios que permitam arrancar o controle exercido pelos partidos nacionalistas sobre os setores dos explorados e oprimidos, de converter o proletariado em dirigente nacional, conseqüentemente, de fortalecer a vanguarda revolucionária. A frente anti-imperialista constitui o marco adequado para o cumprimento destas tarefas.

Estamos certos das limitações do nacionalismo de conteúdo burguês, da certeza de que, cedo ou tarde, tem de capitular diante do inimigo forâneo e aliar-se com ele para esmagar o proletariado e salvar abertamente seus interesses.

A Internacional Comunista lançou a consigna da frente única da classe operária para os países altamente desenvolvidos, a fim de conseguir a emancipação dos trabalhadores de suas direções tradicionais e assim ajudar-lhes a se tornarem comunistas. Com a mesma finalidade foi delineada a frente anti-imperialista como próprio dos países atrasados. Os bolcheviques sabiam perfeitamente que as metrópoles e as colônias e semicolônias eram duas realidades diferentes.

Com frequência, defende-se que a frente anti-imperialista não seria mais do que uma ampliação - ou repetição - da frente única proletária, ou que a primeira poderia se estruturar a partir desta última. Esta é uma outra forma de ignorân-



cia do que são os países atrasados e que suportam a opressão imperialista.

A frente única proletária, nos países atrasados, deixa de ser uma frente política para se transformar em uma frente meramente sindical, refletindo a natureza dos sindicatos como formas elementares da frente classista. Nos países atrasados, a frente única proletária limita-se a proclamar a unidade da direção sindical; geralmente luta-se por uma central nacional única. A frente única anti-imperialista, considerada apenas como uma ampliação da frente classista, limita a luta política ao quadro puramente sindical.

A frente única anti-imperialista é uma consigna de outra natureza e corresponde a uma realidade diferente: a dos países atrasados, nos quais o proletariado não é numericamente majoritário. Trata-se de uma frente política dos setores sociais - várias classes diferentes - que estão interessados na luta contra a opressão nacional imperialista. É preciso não esquecer que Lênin distinguiu as nações oprimidas das nações opressoras ou imperialismo.

O que a unidade sindical possibilita é, antes, fortalecer as posições do proletariado dentro da frente anti-imperialista e nada mais; é possível acrescentar ainda, que a unidade classista ajuda a classe operária a converter-se em direção nacional, a partir do momento que acentua a sua independência de classe perante as direções políticas que lhe são estranhas. Longe de confundir a frente única proletária com a anti-imperialista, o que é preciso fazer é diferenciá-las com nitidez. Finalmente, a frente anti-imperialista é uma consigna insubstituível na luta revolucionária que se trava nos países atrasados, com a condição de que esteja politicamente dirigida pelo proletariado.

Resumindo, a partir dos traços gerais que descrevemos, a Frente Revolucionária Anti-imperialista não é outra coisa senão a projeção da Assembleia Popular. Existe uma continuidade estratégica entre elas, ou seja, a luta dirigida para a tomada do poder político para construir o socialismo. Em ambas, as organizações se estabelece com clareza o papel hegemônico do proletariado. Estas duas organizações efetivam a unidade dos partidos da esquerda boliviana e dos setores majoritários do país (sindicatos, universidades, etc.) empenhados em liquidar o fascismo e assegurar uma direção unificada para o combate, de acordo com a linha que se pode

constituir se não se quer concluir em derrota ou capitulação, que é a Frente Revolucionária Anti-imperialista, dirigida pelo proletariado. , pode desenvolver caso não queira terminar com uma derrota ou prostrada politicamente.

No entanto, as profundas transformações que a situação política da Bolívia tem sofrido, impuseram importantes diferenças na organização e funcionamento entre a Assembleia Popular e a Frente Revolucionária Anti-imperialista, a ponto de que aparecem como duas entidades totalmente diferentes e, para não poucos, até contrapostas.

Já indicamos anteriormente que o governo totalitário imposto pela reação fascista implica a abolição das garantias democráticas mais elementares e a execução de um plano de destruição física das organizações operárias. Pelo fato de não ter podido reprimir totalmente os núcleos de resistência que funcionam nas cidades, se lançou a controlar os maiores e mais combativos sindicatos, como o dos mineiros, através de eleições fraudadas, que lhe dessem o manejo burocrático das direções. O plano fracassou estrondosamente e não podemos descartar a possibilidade de em um futuro próximo a ditadura materializar seu sonho dourado de ocupar militarmente os centros de trabalho, o que significaria que voltariam a se consumir os massacres vermelhos, como os da memorável e trágica *Noite de San Juan*.

Nestas condições de luta clandestina, é que se constituiu a Frente Revolucionária Anti-imperialista para lutar, utilizando métodos conspirativos pela derrota do fascismo, que pressupõem colocar as massas em combate. Essa direção política tem de ser, necessariamente, limitada pelo seu número e, cujos métodos de trabalho, moldados pelo verticalismo, não poderão violar algumas normas da mais ampla e tradicional democracia interna.

A Frente Revolucionária Anti-imperialista tem plena consciência de que a sua fortaleza e viabilidade se darão através de seu firme entroncamento com as massas; mas cuida zelosamente da integridade física das organizações operárias e populares e, por isso, tem o cuidado com a adesão destas ao sua direção. A forma na qual a classe operária deve estar representada na Frente Revolucionária Anti-imperialista suscitou violentas polêmicas e nelas se encobrem os problemas fundamentais da revolução.

Aqueles que, em nome do proletariado, pretendem opor os sindicatos aos partidos revolucionários assumem uma atitude muito perigosa e até de reforço das posturas contrarrevolucionárias. Estamos novamente frente ao clássico argumento esgrimido pela reação contra a linha política revolucionária. Por este caminho, chega-se infalivelmente ao apoliticismo dos sindicatos, ao apartidarismo dos operários e à já conhecida tese de que as organizações dos trabalhadores têm a suficiente capacidade de tomar o poder e construir o socialismo, etc. Esta “doutrina” nada tem a ver com as melhores tradições do movimento operário boliviano.

As décadas de luta da classe operária a converteram em direção nacional, isto é, em direção política das massas que combatem a opressão imperialista e para superar nosso atraso secular. Esta longa e acidentada história sintetiza nos sérios esforços feitos pela classe operária no sentido de estruturar seu próprio partido político, entre os quais devem

ser incluídas as experiências feitas no seio de organizações políticas estranhas ao proletariado.

A expressão política mais acabada da classe operária não é o sindicato, mas o partido político, porque somente o programa deste é capaz de expressar integralmente seus interesses históricos. O sindicato foi criado pelos trabalhadores quando estes se viram obrigados a efetuar as lutas elementares para rejeitar a exploração e a opressão dos patrões e do Estado. O partido político aparece quando o proletariado adquire consciência de classe.

Na Bolívia, persiste a absurda ideia de que o sindicato é suficiente por si só para dirigir os explorados em suas lutas diárias e nas de sua emancipação. Ao contrário, a evolução do nosso sindicalismo ocorreu ao redor de ideais políticas claras e determinadas que, em última análise, tendem a superar os movimentos nacionalistas de conteúdo burguês e a conquistar a independência ideológica e organizativa da classe em relação às direções políticas que lhe são estranhas. Isto foi possível porque no seu seio tem se movido ativamente certas tendências políticas, encarnadas nos partidos da esquerda, contribuindo positivamente para a evolução da consciência de classe. A ideologia marxista não surge espontaneamente no ventre das massas, mas sim chega até elas vinda de fora, convertendo-se, então no elemento ativo que contribui para a verdadeira formação da classe.

Dentro do marxismo, nós somente podemos desenvolver o problema das relações entre o partido e os sindicatos partindo da evidência de que as atividades sindicais são somente um aspecto da política revolucionária encarnada pelo partido político. Se o partido não deseja transformar os sindicatos em suas agências burocraticamente controladas, é no entanto legítima ambição de dirigi-los politicamente, pretender que sigam o caminho traçado por ele. A genuína e insubstituível expressão política da classe é o seu partido. O sindicato é a resposta organizativa das necessidades imediatas, se converte em revolucionário na medida em que o partido influencia decisivamente a sua orientação. A experiência, muitas vezes amarga, ensina que o dirigente sindical que invariavelmente permanece na trincheira revolucionária, em que pese todas as variantes que possa sofrer a situação política, é aquele que, simultaneamente, milita em um partido operário. Nos períodos de grande ascenso revolucionário, quando normalmente as autoridades garantem a vigência de elementares normas democráticas, a direção sindical pode, apesar de suas limitações, representar a classe nas organizações populares. Nas épocas de repressão, quando a mesma vida sindical não pode desenvolver-se normalmente, não funcionam os mecanismos mediante os quais as bases operárias podem expressar sua adesão ou sua repulsa a determinadas direções. De uma maneira geral, toda confederação ou federação está sempre mais à direita que os quadros de base. Quando as assembleias (canal normal de expressão do grosso dos trabalhadores) não funcionam normalmente, é muito difícil dizer quais dirigentes continuam contando com a confiança daqueles. Nos momentos de refluxo, torna-se notável o afrouxamento das atividades sindicais. O dirigente operário, de uma maneira normal, encontra a raiz da sua força na pressão e no controle que as massas exercem sobre

ele. Quando este fator diminui ou desaparece, o sindicalista marcha sem rumo, arrastado pelas correntes políticas mais diversas, inclusive por aquelas que nada têm a ver com a revolução ou que deságuam no governismo. Nestas condições, o sindicalista puro pode acabar atuando contra os interesses de seus companheiros.

Contrapor, de modo contundente, a Assembleia Popular à Frente Revolucionária Anti-imperialista no que se refere à forma de representação da classe operária não passa de uma superficialidade. A classe operária dentro da Assembleia Popular era o setor dominante e dirigente não somente porque no seu seio estavam as grandes organizações operárias — isso ocorreu também em outras oportunidades e em outras organizações -, mas porque se conseguiu impor como seu programa, o programa revolucionário do proletariado, que queiramos ou não, era pensamento político partidário.

É indiscutível que a Frente Revolucionária Anti-imperialista e os partidos políticos não podem atuar isolados das massas; mas ao contrário, estão obrigados a soldar-se com elas. Precisam, necessariamente, se apropriar dos canais sindicais para influenciar as mais amplas camadas dos explorados. É nesse sentido que os sindicatos devem interferir diretamente na Frente Revolucionária Anti-imperialista. A linha política precisa ser colocada no mais alto nível, no nível em que se encontram os representantes dos partidos, tendo em conta o programa do proletariado, e essa linha deve ser executada através das grandes organizações de massas. É possível conseguir isto se materializarmos uma perfeita coordenação de pensamento e movimentos entre a direção da Frente Revolucionária Anti-imperialista, os partidos revolucionários e os sindicatos.

No há oposição entre sindicato e partido, mas sim entre o partido revolucionário e as tendências reacionárias, que ocasionalmente podem se infiltrar no seio das organizações dos trabalhadores. Um dever elementar consiste em lutar energicamente contra toda intenção de colocar de contrabando a ideologia reacionária sob o disfarce de “sindicalismo puro”.

A FRA está dando, muito dificilmente, seus primeiros passos dentro do território nacional; está pagando muito caro a acusação feita pelo fascismo no sentido de que nasceu no Chile, patrocinada por governos forâneos e inimigos da Bolívia. Num período de relativa depressão, surgem uma e outra vez os piores preconceitos e, entre eles, o chovinismo. A resposta não pode ser outra senão o fortalecimento da FRA dentro do país e conseguir a sua penetração nas massas.

A FRA, por definição e para manter-se fiel a seus princípios, é contrária a todo tipo de golpismo, que significa apenas a mudança de guarda no Palácio Quemado ou a substituição de um militar por outro que seja mais ou menos fascista. Rejeita toda forma de putchismo, toda manifestação golpista alheia aos interesses da classe operária. No entanto, é a perspectiva golpista que constitui uma das ameaças contra o futuro da FRA.

A aparição de um eixo nacionalista de oposição - por enquanto não existe a possibilidade de que se organize uma outra frente de esquerda - se apresentaria perante o país como uma outra alternativa de poder. Este eixo nacionalista pode seguir duas grandes linhas: 1) Constituir-se como uma frente nacionalista formada entre setores de direita (Partido Social-democrata) e grupos dissidentes dos falangistas de direita que estão fora do governo. Esta frente rapidamente se alinharia com as ambições dos generais ou um setor do MNR. 2) Os setores “esquerdistas” do MNR, particularmente os vinculados com as tendências sindicalistas, podem selar uma aliança conspirativa com algum grupo militar “democrata”.

Um golpe de Estado direitista e vitorioso começaria enfraquecendo a FRA como direção das massas, obstaculizaria os seus movimentos e aumentaria a incerteza entre as massas, isto ao se apresentar como anti-Paz Estensorro e anti-fascista.

Um golpe seguido por uma “abertura democrática”, por eleições, etc., poderia cindir fisicamente a FRA amputando seu sector nacionalista ou por acaso atraindo algumas das figuras militares que atualmente estão em suas fileiras. Este contratempo seria seguido por uma desorientação popular com a possibilidade de ocorrer um renascimento das ilusões na capacidade revolucionária de um governo dessa natureza, ainda que por um breve período.

No caso de um quartelazo, a FRA responderá mobilizando as massas, organizando-as e armando-as. A história nos ensina que quando os explorados apoderam-se das ruas transformam um golpe em uma verdadeira revolução. É preciso preparar-se com a certeza de que o ritmo da política é veloz e de que nosso ponto de partida é o não esmagamento do proletariado. É preciso marchar contra o tempo para evitar outro 21 de agosto.

A falta de uma adequada propaganda, a clareza de suas finalidades e do funcionamento da FRA podem motivar o surgimento dos

choques entre a direção política, seleta e centralizada, e as necessidades colocadas por um amplo movimento popular. A FRA é uma direção que tem um pacto secreto com as organizações de massas.

A mobilização das massas, o trabalho partidário no seio destas, criarão necessidades concretas de armamento da classe e de sua vanguarda. Deve-se destacar, a esta altura, que é uma preocupação primordial adotar todas as medidas necessárias para evitar que os trabalhos conspirativos acabem em aborto.

No momento de estruturar a Frente Revolucionária Anti-imperialista, analisamos e esmiuçamos deliberadamente o conceito de insurreição, a fim de evitar qualquer equívoco ou inviabilizar a frente com enganos. A insurreição desponha quando fazemos com que o fator subjetivo da revolução amadureça o suficiente para complementar o já amadurecido elemento objetivo ou econômico.

La Paz, agosto de 1971.

Santiago do Chile, Fevereiro de 1971.



Argentina

Os fatores da crise que podem potencializar a intervenção do proletariado com sua política própria

1. A inflação anual superior a 25%, agravada pelos aumentos de tarifa dos serviços nos últimos meses, é o maior fator de crise política. Os trabalhadores, os mais afetados, veem diminuir permanentemente seus magros rendimentos. A pressão é insuportável; para muitas famílias é impossível comer com os atuais preços dos alimentos; numerosas famílias se endividam com cartões de crédito apenas para comprar comida.

O Governo e os patrões querem limitar os reajustes salariais reconhecendo um percentual menor do que a inflação real. Um agravante é a retenção do imposto sobre a renda que já alcança mais de 2 milhões de trabalhadores (um total de 20% dos assalariados), e atinge uma faixa de trabalhadores que sequer ganha a cesta básica familiar ou que mal ganha acima dela.

As negociações salariais se transformarão novamente no centro de tensos conflitos. Alguns sindicatos já defendem reajustes de 30%.

O governo viu-se obrigado a ajustar as tarifas para reduzir os subsídios dados às empresas que devoram uma parte substancial do orçamento nacional e assim reduzir o déficit. As medidas destinadas a descarregar o ajuste sobre a população já começaram, especialmente nos serviços públicos e no transporte, mas são gradativas, para evitar uma reação generalizada. A tarifa de ônibus na Capital e Grande Buenos Aires ainda custa um terço do que nas cidades do interior.

2. Setores da burguesia vinculados às exportações exigem uma desvalorização cambial argumentando que perderam competitividade e que os salários, em dólar, dos trabalhadores argentinos superam os do resto da América Latina, em decorrência da correção da cotação do dólar, a cada ano ser menor do que a inflação real, sobrevalorizando o peso.

Os exportadores de produtos agropecuários pressionam por uma desvalorização, retendo, o quanto podem, as suas exportações, na expectativa de um dólar mais caro. O Governo desvalorizou o peso em uns 13% neste ano, o dobro do previsto, entretanto, continuam queixando-se dizendo que é insuficiente.

O Governo sabe que uma desvalorização acima da inflação real acabará transferindo-se para os preços, agravando a espiral inflacionária. Por um lado, pelo ajuste de preços que tem cotação no mercado internacional (cereais, combustíveis), por outro pelo encarecimento dos insumos importados incorporados às mercadorias de produção local.

3. As restrições protecionistas às importações produziram conflitos adicionais com os setores da burguesia comercial, dedicadas à comercialização de produtos importados, alguns dos quais foram retirados do mercado. A

pressão do governo para que as empresas substituam parte das importações por produção local também gera conflitos porque a reconversão industrial não é um processo que se possa realizar em curto prazo (na mineração, na indústria automotiva, na exploração petrolífera, na maquinaria agrícola, etc). As limitações para importar certos insumos vitais para a produção, sem tempo para substituí-los, paralisou a produção de certos produtos.

4. A obrigação de liquidar divisas no mercado local por parte de algumas empresas exportadoras que tinham o benefício de não ingressar as divisas também é um fator de choques com o governo. Isso também provocou atritos com numerosos países que se ressentiram das limitações às importações feitas pela Argentina, obrigando a contínuas negociações e rusgas. O objetivo, de conquistar, com estas medidas, um superávit comercial de 12 bilhões de dólares foi amplamente conquistado. Porém, o aumento do déficit da balança comercial tem sua origem no setor energético, que é um dos calcanhares de Aquiles da economia (justamente por haver perdido a condição de auto abastecimento com a aplicação de sua política anterior).

5. O Governo, que tem dificuldades para acessar o mercado financeiro internacional, devido ao *default* (moratória) da dívida externa de 2001, aos setores que não entraram na permuta da dívida (fundos buitres) e, por não chegar a um acordo com o Clube de Paris para cancelar a dívida, é obrigado a conseguir os dólares suficientes para continuar pagando a dívida externa refinanciada pontualmente. Os credores que possuem bônus da dívida externa e que não ingressaram na permuta mantêm em xeque permanentemente a Argentina com processos judiciais em todo o mundo, pretendendo embargar qualquer bem em qualquer lugar para cobrar o pagamento da dívida, contando com as sentenças favoráveis do juiz Griessa de Nova York. Pretendem colocar a Argentina novamente numa situação de *default* técnico para tirar a maior vantagem possível de sua posição.

6. A pressão da crise internacional é muito forte. Pela ação dos credores externos que querem cobrar suas dívidas usurárias e do capital financeiro para voltar a endividar o país; pelo freio às importações vindas do Brasil no primeiro semestre de 2012; pela avalanche de mercadorias baratas pressionando para ingressarem no mercado; pelos preços elevados dos combustíveis importados etc. Os elevados preços do petróleo e os cereais no mercado internacional empurram, por sua vez, os preços locais, já que os exportadores querem cobrar o mesmo.

7. A armadilha cambial imposta desde 2011 para limitar a fuga de divisas também tem gerado choques porque

restringe a liberdade das empresas para enviar reembolsos ao exterior e acumular dólares como alternativa de investimento. Também limitou muito os pagamentos ao exterior na forma de royalties e regalias, afetando um setor que vive da intermediação financeira. Como assinalamos, por ocasião da expropriação da Repsol, o governo se vê obrigado a adotar estas medidas para poder continuar cumprindo com os compromissos e adiar o profundo ajuste contra as massas. Mas, o governo também chegou atrasado com esta medida, depois de ter permitido a fuga de dezenas de bilhões de dólares.

Ademais, estas medidas atingiram a construção civil e os empreendimentos imobiliários já que a política governamental pretende *pesificar* ou *desdolarizar* a maioria das operações. Neste setor, que teve um grande crescimento nos últimos 10 anos, houve um freio ocasionado pela falta de dólares.

Esta medida também atingiu duramente os setores da classe média abastada com dificuldades para funcionar em dólares como estava acostumada por décadas.

8. O Governo se nega a adotar por ora, medidas ortodoxas de ajuste para baixar a inflação (frear obras públicas, não ajustar salários e aposentadorias, eliminar todos os subsídios, “esfriar” a economia) sabendo que as consequências podem ser uma aceleração na ruptura das massas com o governo. Adia o quanto pode o ajuste terrível que terá que descarregar sobre as massas. Procura também incrementar a arrecadação de impostos, que tem atingido o seu ponto mais alto, mas enfrenta forte resistência dos setores da burguesia acostumados à sonegação e rejeita registrar seus negócios. Essa necessidade de arrecadação explica porque o governo mantém sem ajustar as tabelas do imposto sobre a renda afetando uma fatia importante dos trabalhadores.

9. Mas está atravessado por numerosos pontos críticos: um já mencionado e que é central, é o das negociações salariais/imposto sobre a renda/salários familiares. A pressão empresarial é para que se ponha um limite, que os reajustes sejam inferiores à inflação para diminuir os salários reais, mas, como tem ocorrido nos últimos anos os reajustes acabam sendo superiores à proposta oficial, aproximando-se da inflação real. A recente reforma da lei das ART's é um sinal de como o governo adota os aspectos mais reacionários das recomendações empresariais para defender sua taxa de lucro.

Outro é a questão energética. Para incrementar a produção concedeu ajustes nos preços dos combustíveis aproximando-os dos preços internacionais e elevando substancialmente a retribuição pelas exportações. Esta política, que alimenta a inflação, está em consonância com os acordos feitos com a Pan American Energy e a Chevron para explorar os recursos de petróleo e gás não convencionais, aplicando métodos de exploração questionáveis. O discurso nacionalista fortalecido com a expropriação dos 51% de ações da YPF (a serem pagos a Repsol) fica diluído ao utilizar a YPF como plataforma para a penetração do imperialismo através de sócios, que impõem as condições na exploração.

Outro aspecto da questão energética é a situação das

empresas distribuidoras de energia com tarifas congeladas. Várias chegaram próximas da falência, obrigando o governo a ajustar as tarifas e conceder-lhes maiores subsídios, para não ser obrigado a nacionalizá-las. Como dissemos anteriormente, não transfere totalmente o aumento das tarifas para a população por temor a uma resposta popular.

10. Outro é a firme decisão do governo de manter a política colonialista de exploração mineral apesar da crescente rejeição das populações próximas às jazidas que mantém uma mobilização constante. A Argentina se transformou em um dos países que mais recebem investimentos multinacionais com essa finalidade. Também sustenta a exploração e a expansão dos negócios com a soja, embora o critique publicamente.

11. O Governo restringe o envio de recursos às províncias sufocando-as financeiramente, obrigando-as a implementar todo tipo de ajustes para manter o equilíbrio orçamentário. Esta é outra fonte de conflitos entre os governos federal e provinciais e com as massas que sofrem as consequências dos ajustes. Os governos agem no sentido de aplicar novos impostos, de elevar as tarifas de serviços públicos, de reduzir salários e benefícios de trabalhadores públicos, etc. Cruzam os dados de todos os cadastros públicos para cortar mais e mais benefícios e bolsas.

12. O crescimento dos últimos 10 anos, com níveis inéditos na história da Argentina, com empresas ganhando fortunas, com superávits no comércio exterior e no orçamento, não foi suficiente para acabar com a economia informal (que supera os 30%), não acabou com o desemprego e a subocupação que afeta a centenas de milhares de trabalhadores (especialmente os mais jovens), nem com o trabalho precarizado, nem com o drama da moradia, da pobreza e da miséria que afeta os bairros mais pobres.

Frente à crise do sistema ferroviário, o governo se viu obrigado a fazer o que não fez em 10 anos. Mas o faz do seu jeito, como é de esperar. Importando os vagões ferroviários, as locomotivas, as vias e deixa para o trabalho local a manutenção e os trabalhos secundários. Se o trabalho tivesse se iniciado há 10 anos hoje teria se resolvido grande parte do problema e dezenas de milhares de trabalhadores estariam empregados. A sociedade não tem necessidade de produzir centenas de milhares de automóveis gastando desnecessariamente aço, combustíveis, rodovias, dezenas de milhares de horas de trabalho. É necessário multiplicar os meios de transporte coletivos, massivos, eficientes, seguros, ecológicos. A lógica do governo é a lógica das multinacionais automotivas e das multinacionais que dominam o mercado de combustíveis, contrárias ao desenvolvimento do transporte ferroviário.

Esta situação a que chegamos é tudo o que pode oferecer o chamado modelo nacional e popular, de distribuição de renda. Só é possível esperar desse modelo uma deterioração ainda maior das condições de vida, que o governo vem tentando amortecer.

13. Os choques com alguns setores do grande capital, não devem nos confundir sobre os traços essenciais que ca-

racterizam o governo de Cristina Kirchner. É um governo burguês, defensor da propriedade privada dos meios de produção; é pró imperialista, porque não tem combatido a dominação que o imperialismo exerce sobre a nação, muito pelo contrário, sua presença tem se fortalecido e se ampliado. É um governo reacionário (não progressista) porque o essencial de sua política tem sido o de atuar para encerrar o levante popular de 2001/2002 e reforçar o Estado em crise, apelando a todos os recursos para dividir, desviar, confundir, manobrar e fazer refluir todos os movimentos. A oposição patronal, ultrarreacionária e atrasada, apresenta o governo como esquerdista, estatista, ultranacionalista, ditatorial, contribuindo com o seu discurso para alimentar as ilusões no governo kirchnerista.

O governo rejeita o estatismo, só tem recorrido a ele em casos pontuais, por não ter outra alternativa. Mantém o essencial da orientação imposta pelo capital financeiro internacional de que toda a atividade econômica deve estar em mãos privadas, inclusive a dos setores estratégicos.

Os agudos enfrentamentos entre as frações do grande capital pelo manejo do Estado é uma causa permanente de grande instabilidade política. Estes enfrentamentos se expressam nas posições políticas de governo e oposição.

14. O Congresso havia se transformado em bastião da oposição nas eleições legislativas de 2009 e era a plataforma para anular o governo, mas fracassou em seu intento devido a suas divisões e sua incapacidade, chegaram a deixar o governo nacional sem lei orçamentária. A pretensão da oposição burguesa era implementar alguma forma de governo parlamentar. Depois das eleições de 2011, com o esmagamento eleitoral da oposição, o governo conseguiu que o congresso funcionasse apenas para transformar em lei aquelas iniciativas que são de seu interesse. O Congresso não pode cumprir a função assinalada pela Constituição, é um reflexo da incapacidade da burguesia de instaurar a democracia, que nunca houve e nem poderá haver. Trinta anos de funcionamento “democrático” contínuo, com eleições a cada dois anos, o período mais longo da história, tem demonstrado que isto é o máximo a que se pode chegar.

Não só não se desmontou o aparelho repressivo e não se desconheceu todos os atos e leis da ditadura como, ao contrário, ditou a Lei Antiterrorista imposta pelo imperialismo.

A política repressiva exige que se disciplinem os setores mais combativos, judicializando as manifestações e processando os ativistas. O governo nacional pretende que cada província se responsabilize por reprimir os protestos e que não transcenda ao âmbito nacional. Quando existe o perigo de um movimento extrapolar seus limites, não hesita em enviar centenas soldados. A “maldita polícia” atua nas vilas e nos bairros mais pobres aplicando métodos típicos da ditadura militar para manter sob controle a juventude.

15. Os conflitos inter burgueses contribuíram para mostrar à luz do dia que a Justiça não tem nada de “independente” e está controlada pelos distintos setores da burguesia que a manejam a seu bel prazer. Sobrevivem ainda setores remanescentes da ditadura militar. Sua estrutura é

totalmente antidemocrática, sua função é castigar com o peso da lei os oprimidos, e facilitar-lhes todos os interstícios aos setores mais poderosos para burlarem sua própria lei. Só são removidos quando decidem aposentá-los ou se lhes realiza um julgamento político; não pagam impostos. Os patrões sabem quais recursos utilizar para impedir que sejam alcançados pela sua própria lei.

A decisão judicial no caso de Margarita Verón gerou uma explosão de protestos populares ao ficar demonstrado como, a partir do poder, se acoberta o tráfico de pessoas.

Os processos judiciais contra os repressores genocidas demoraram décadas, e ainda hoje continua enfrentando obstáculos. Só uma minoria do aparelho repressivo foi processada e cumpre algum tipo de pena.

16. A burguesia é incapaz de resolver as tarefas nacionais e democráticas, o máximo que pode oferecer é uma versão com um discurso fracamente nacionalista, tomar uma ou outra medida isolada, (geralmente forçada), que afete muito pontualmente um setor do grande capital. A estrutura da propriedade do campo, uma questão histórica, não foi tocada, e o máximo a que se chegará é cobrar-lhes mais impostos e retenções às exportações e pressioná-los para que registrem todos os seus negócios. O comércio exterior continua nas mãos de um punhado de multinacionais. Não há forma de solucionar o atraso e desenvolver as forças produtivas sem atacar a estrutura da propriedade. As relações de propriedade mantém encarceradas as forças produtivas. Não somente não podem resolver as tarefas que foram próprias do capitalismo, como tampouco podem atender as necessidades mais elementares que surgem da pobreza e da marginalização. Centenas de milhares de famílias sobrevivem com o mínimo indispensável, ou menos do que isso. É verdade que o Estado tem chegado a muitos deles com alguma ajuda nos últimos anos, mas sua cobertura atinge um número cada vez menor, e esta camada pode transformar-se em um setor explosivo.

17. A Oposição burguesa alimenta e insufla os setores da burocracia sindical deixados de lado pelo kirchnerismo, como Moyano que foi coluna vertebral do kirchnerismo durante 10 anos. Incita-os com a única pretensão de debilitar o governo federal. Moyano havia se transformado em um obstáculo para o governo e os setores empresariais. Por um lado porque quis cobrar seu preço no elenco kirchnerista com mais cargos no Estado, mais benefícios e candidatos no Congresso e por outro lado porque se tornou perigoso para os patrões pela aplicação de métodos de ação direta e converter-se em porta-voz de muitas das reivindicações centrais dos trabalhadores, deixando em maus lençóis os outros setores da burocracia.

18. O Governo agiu abertamente para dividir a CGT e formar uma central oficial procurando isolar Moyano. Antes havia feito o mesmo com a CTA, dividindo-a e desconhecendo Micheli como seu Secretário Geral. Esta é a política do governo em todos os movimentos sociais que possam se lhe opor: desgastar, dividir, fragmentar, desconhecer, cortar recursos, etc.

Moyano vem tentando recuperar o protagonismo central

que teve durante muitos anos, mas tem se deparado com enormes dificuldades. O governo tirou-lhe grande parte dos benefícios e negócios que lhe davam força a partir do governo. Tem se apoiado nos setores mais mafiosos e ultradireitistas do sindicalismo como Barrionuevo e o Momo Venegas, mas também na CTA dirigida por Pablo Micheli, vinculada ao Projeto Sul. Tem procurado fazer acordos com a Mesa de Unidade Rural dirigida pela Sociedade Rural. Incentiva candidatos alternativos ao kirchnerismo e está lançando seu próprio partido político com o objetivo de tirar os votos do governo.

É necessário entender a lógica dos setores patronais opo- sitores, dos setores desprezados do sindicalismo burocrático para ver como se utilizam das aspirações e reivindicações das massas para, demagógicamente, impulsionar sua luta ou converter-se em seus porta-vozes. Procuram desgastar o go- verno, enfraquecê-lo eleitoralmente e dificultar sua marcha para 2015. Os setores classistas devem intervir neste proces- so defendendo um conjunto de reivindicações e os métodos para conquistá-los, desmascarando o caráter pró-burguês das direções burocráticas. Estes burocratas podem até impul- sionar paralisações, mobilizações, piquetes e saques sob uma política de colaboração com outros setores patronais.

Ainda que as medidas que tenham adotado nos últi- mos meses tenham tido uma repercussão muito limitada, o fazem em nome da CGT e CTA e podem transformar-se ainda contra sua vontade em um canal de mobilização das massas. Em Neuquén, a jornada de lutas de 19 de dezembro foi efetivada devido às paralisações (viram-se obrigados a convocá-las) e por uma mobilização de grande importân- cia, diferente de Buenos Aires e das grandes cidades.

19. As massas permanecem presas em suas ilusões democrá- ticas. É possível assinalar que há alguns setores ainda iso- lados, que desenvolvem lutas muito radicalizadas como na “60”, no metrô, nos petroleiros, e tantos outros conflitos isolados, ou de bairros que tem se somado aos “saques” de fins de dezembro, ou os piquetes de setores que denun- ciam a mineração a céu aberto. A rebelião das polícias nas províncias, das forças armadas e guarda costeira, mostra o descontentamento crescente em suas bases.

Estas ilusões democráticas não reforçam uma adesão ativa ao governo. O governo sofre um desgaste devido à inflação, aos tarifagos, ao empobrecimento, ao trabalho precário, e seu discurso convence cada vez menos, mas esse desgaste não se traduz em perda das ilusões democráticas devido à extrema fraqueza do partido revolucionário. As posições recalcitrantes da oposição burguesa ajudam a criar uma polarização entre as frações burguesas dificultando a intervenção da classe operária com sua política. As ilusões democráticas representam para as massas a ausência de expectativa na revolução social, de que toda sua vida trans- correrá dentro dos marcos do capitalismo, ainda que em decomposição. A perda de ilusões no voto ou no governo não implica numa perda destas ilusões democráticas.

Podemos dizer que quando ocorre a ação direta de mas- sas, radicalizada, questionando todo o ordenamento legal, enfrentando os poderes do Estado, surge instintivamente nas massas a necessidade de acabar com a totalidade do aparelho estatal, superando-se assim as suas ilusões. Mas



para que isso possa ocorrer é preciso que a perda das ilu- sões se materialize em consciência política, em um partido político organizado que a expresse.

Um ponto elevado de ruptura com o ordenamento legal foi a ação dos movimentos piqueteros de trabalhadores de- sempregados bloqueando por semanas os acessos às princi- pais cidades em fins dos anos 90, ou os “saques” *pucherazos* do final dos anos 80, as ocupações de fábrica, etc. Mas es- tas ações extremadamente radicais puderam ser contidas e desviadas.

20. Um setor importante da classe média urbana, majorita- riamente os setores mais abastados, se mobilizam e tem uma participação mais ativa enfrentando o governo, arrastando consigo os setores ultrarreacionários, com suas bandeiras. Outro setor se mantém alinhado com o governo já que o considera progressista. Mas outro setor aparece protagonizando mobilizações de impor- tância, buscando tornar-se independente de ambas as frações burguesas, surge nos movimentos de resistência às mineradoras, nas mobilizações relacionadas com as liberdades democráticas, contra o tráfico, em defesa da educação, etc. Não se pode generalizar que as classes mé- dias como um todo já estejam ganhas pela direita, nem tampouco que apóiem o governo. As classes médias não são capazes, em si, de ter uma política independente; ou seguirão alguma das frações da burguesia ou seguirão o proletariado.

21. O Projeto Sul e uma parte dentro do FAP, com um dis- curso mais nacionalista, atuam abertamente junto com a oposição patronal para ajudá-la no projeto de substituir o kirchnerismo no aparelho de Estado.

A esquerda centrista incapaz de dar uma resposta de classe aos complexos problemas políticos que vivemos contri- bui para a confusão. Seu horizonte é tentar repetir a Fren- te de Esquerda com a expectativa de juntar alguns votos a mais, mas sua intervenção não contribui em nada para superar as ilusões democráticas das massas, pelo contrário, as afirmam. Eles são um obstáculo adicional na tarefa de ajudar as massas a superar as ilusões democráticas. Vem discutindo como lançar-se na tarefa de construção de um grande partido de trabalhadores à imagem e semelhança do PT do Brasil, mas seu escasso desenvolvimento e os mes- quinhos aparatos das correntes do setor fazem com que seu projeto patine.

Em poucas semanas começarão as campanhas eleitorais, que definirão as frentes, os candidatos e toda a artilharia, por um lado para sustentar o “projeto” kirchnerista e, por outro para enfraquecê-lo com a finalidade de impedir sua continuidade em 2015. Ambas as frações precisam de um bom resultado nas eleições parlamentares para afirmarem-se na disputa das eleições presidenciais. Já está tudo definido pelas alianças em função da batalha eleitoral.

22. A classe operária deve dar uma resposta ao problema das reivindicações, que abarca as reivindicações das massas, os métodos para conquistá-las, a política eleitoral e uma clara política antimperialista que bloqueie o caminho para demagogia nacionalista do governo. É necessário demonstrar qual política tem o proletariado, fazer propaganda com suas bandeiras comunistas, colocando uma perspectiva para a sociedade completamente diferente e contrária àquela apresentada pela burguesia e a pequena-burguesia incapazes de dar uma saída para a crise profunda em que vivemos.

Não deve limitar-se a levantar apenas suas reivindicações econômicas, exigindo o salário mínimo equivalente ao custo da cesta básica familiar, o fim dos impostos sobre o salário, reajustes de salários mensais e com o mínimo equivalente ao aumento do custo de vida real, a eliminação dos impostos sobre o consumo, especialmente o IVA; a eliminação de toda forma de trabalho precarizado, a eliminação de todo desemprego aplicando a divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem reduzir o salário, a proibição do fechamento de empresas, suspensão do trabalho, demissões. Como recuperar os sindicatos expulsando os burocratas, ou como intervir nas negociações salariais. Deve-se colocar a todo o momento a questão da unidade de todo o movimento operário fragmentado pela ação coordenada dos governos, das grandes empresas e da burocracia. Milhões de trabalhadores não estão vinculados a nenhum sindicato, ou não tem emprego formal, ou estão obrigados a converterem-se em autônomos, ou em contratados, terceirizados, etc. Os trabalhadores organizados devem incorporar em suas lutas os desempregados, os movimentos de bairros.

Deve-se colocar permanentemente a questão da moradia, que afeta mais de 2 milhões de famílias, os planos do governo são apenas um paliativo. A classe operária deve defender sua política no terreno da educação e da saúde orientada a impedir as reformas privatistas, lutando para impor um sistema único estatal, gratuito.

A resposta frente à questão da fome é a de organizar os bairros a partir de suas assembleias para conquistar os restaurantes populares, os centros de abastecimento a preços econômicos, os produtos de qualidade de que se tenha necessidade para uma alimentação adequada. Esse é o terreno para combater os agentes que trabalham com os politiquieiros patronais.

A classe operária deve desenvolver sua política em relação aos métodos para impor as suas reivindicações, baseados essencialmente na ação direta de massas. A intervenção no congresso ou nas eleições deve servir para fazer a propaganda revolucionária; não se limitar a denúncias gerais ou a

reivindicações mínimas.

Deve-se utilizar todos os exemplos, que vem à público diariamente, para demonstrar que não é possível reformar a Justiça, que ela é uma justiça de classe, que a questão não é modificar a forma de escolher os magistrados, que a questão é que todo o poder judiciário está à serviço da aplicação das leis capitalistas e assegurar os princípios constitucionais que se baseiam na defesa rigorosa da propriedade privada, por cima de todos os outros direitos consagrados na Constituição Nacional. Nossa bandeira é a de impulsionar a criação dos tribunais populares apoiados na ação direta de massas contra todos os crimes contra o povo.

É necessário responder à política protecionista do governo que se apresenta como de defesa dos empregos no país. As medidas que foram adotadas afetaram os trabalhadores das empresas importadoras e aquelas que necessitam insumos importados, e permite que os capitalistas locais protegidos aumentem seus preços no mercado local sem concorrência. A política protecionista da classe operária é integral, forma parte de um conjunto de medidas para eliminar o caos e a anarquia capitalista, e pôr a economia a serviço dos produtores, isto é, dos trabalhadores. O protecionismo nas mãos da burguesia se transforma também em uma ameaça aos trabalhadores.

Deve colocar a necessidade de estruturar a Frente Única Antiimperialista, que unifique todos os oprimidos sob a sua direção política. Não há possibilidade de triunfo da revolução social sem uma aliança da classe operária com as classes médias da cidade e do campo. Para libertar-se a si mesma precisa libertar toda a sociedade. Esta tática é de fundamental importância para contrapô-la às convocatórias à *unidade nacional* que tem por trás as bandeiras vagamente nacionalistas da burguesia ou pequena burguesia.

A questão da expulsão do imperialismo que domina os setores vitais da economia nacional, expropriando-os, é uma bandeira central. A luta antiimperialista não deve limitar-se a exigir que a dívida externa deixe de ser paga.

A classe operária não rejeita a mineração em geral, rejeita que ela esteja nas mãos das multinacionais que atuam como si estivessem em um país onde impuseram sua lei. Os minerais extraídos devem ser processados e industrializados no país e não exportados *in natura* a preço vil. Deve-se impedir toda forma de contaminação ou destruição do meio ambiente. Os interesses das multinacionais chocam-se totalmente com as necessidades da sociedade.

A classe operária exige a nacionalização total dos recursos petrolíferos, do subsolo aos poços, os oleodutos, as refinarias. Toda a extração e exploração deve ser estatizada sob controle operário coletivo.

A classe operária para erigir-se como caudilho de todos os oprimidos precisa dar respostas a todas as políticas da burguesia em todos os terrenos; antes de vencê-la no terreno militar deverá vencê-la ideologicamente.

Para que possa cumprir este papel imprescindível deve construir mais cedo do que tarde seu partido revolucionário, seu estado maior, que expresse a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Governo do PT, de ataque aos explorados

Os trabalhadores do Porto de Santos ocuparam o navio chinês Zehn Rua 10, como parte de um movimento contra as mudanças trabalhistas, que resultarão em mais um passo na privatização dos portos. A Medida Provisória 595 coloca os terminais sob o controle de grupos econômicos e modifica o contrato do uso da mão-de-obra.

Os investidores querem acabar com os Órgãos Gestores de Mão-de-Obra (Ogmos), que cadastram os estivadores avulsos. Não se trata apenas de um órgão que dá poderes ao sindicato (na verdade à sua burocracia). A sua liquidação tem por base implantar o regime de CLT, que elimina uma série de conquistas dos trabalhadores das docas, quando os Portos eram estatais.

A meta dos empresários, que passarão a controlar 159 terminais previstos pela licitação, é o de fazer uma varredura nas relações de trabalho, consideradas “antiquadas” para as novas tecnologias. Da boca para fora, os porta-vozes dos capitalistas juram que não se trata de demitir, mas de “modernizar”. Mas os portuários sabem perfeitamente o que significa essa palavrinha mágica. Quem não está cansado de ver a modernização levar a demissões e a maior exploração?

O governo do PT já não pretende disfarçar sua política de desestatização do que restou da gigantesca privatização promovida pelo governo do PSDB, de Fernando H. Cardoso. Portos, aeroportos, rodovias e ferrovias vêm sendo cobiçados pelo grande capital que necessita de novos negócios para se movimentar no quadro da crise de superprodução.

Os petistas que abjuraram a “privataria” do PSDB, estão de joelhos diante das pressões do capital internacional para que o Estado agilize os investimentos em infraestrutura, que significa entregar a grupos ávidos em controlar todo setor de infraestrutura. Pois bem, o governo do PT se mostra de corpo inteiro como entreguista, antinacional e antipopular.

Há os tontos e os oportunistas que acham que o governo de Dilma não é do PT como o foi o de Lula. As diferenças são, no entanto, provenientes da situação conjuntural. Lula está totalmente de acordo com o que Dilma vem fazendo.

Os portuários têm perdido terreno para o avanço da privatização, assim como perderam os ferroviários – antigas categorias combativas que protagonizaram importantes lutas. Diante do questionamento da imprensa se não era prejudicial a ocupação do navio Zehn Rua 10, que dificultaria as negociações com o governo, o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, afirmou: “Tem hora que precisa radicalizar”. Isso significa que a burocracia sindical está diante de uma decisão radical do governo Dilma. O navio de Xangai estava sendo descarregado por chineses, em uma clara substituição de mão-de-obra.

O governo se reúne com os empresários e com seus representantes do quilate da senadora Kátia Abreu e conspira com os exploradores as medidas antioperárias. Montou a Medida Provisória a revelia do que pensa o sindicato.

Dilma vem atendendo as exigências dos capitalistas, que alegam estar dispostos a “modernizar” e ampliar a infraestrutura. Basta apenas que Dilma lhes entregue os portos, aeroportos, ferrovias e rodovias para que uma massa de investimento flua.

O fato é que a ocupação do Zehn Rua 10 pelos estivadores pouco servirá à causa dos explorados se não se transformar em um grande movimento contra a privatização. A burocracia da Força Sindical, que dirige os portuários de Santos, foge da bandeira de estatização geral dos portos, aeroportos, rodovia e ferrovia, como “o diabo foge da cruz”.

A fração da burocracia defensora de Dilma (CUT/PT e CTB/PCdoB) e a da semiapoiadora (Força Sindical) estão de acordo com a diretriz geral do governo. Levantam divergências corporativas, como a que ocorre em torno da MP 595. Está claro que, enquanto os sindicatos burocratizados e estatizados continuarem a servir de instrumento da política burguesa do governo do PT, os trabalhadores perderão terreno para as “reformas modernizantes”, ou seja, antinacionais e antioperárias.

As bandeiras que cabem à situação são as de “abaixo a MP 595”, reestatização dos portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, estabilidade no emprego e redução da jornada, sem reduzir os salários. Mas há que ser claro no ataque ao governo burguês do PT/PMDB: organizar uma oposição revolucionária contra o governo de Dilma Rousseff.

Quem é o responsável pelas favelas rurais?

Repercutiu na imprensa a declaração do ministro Gilberto Carvalho sobre a mudança de diretriz do governo Dilma em relação à política de assentamento, apregoada pelo MST, PT e setores da esquerda reformista. Eis: “É real e, infelizmente, verdadeiro que no Brasil há assentamentos que se transformaram quase que em favelas rurais.”

A conclusão dessa constatação é de que o governo petista não mais continuará promovendo os assentamentos em números elevados, como ocorreu no governo de Fernando H. Cardoso (PSDB) e no de Luis Inácio Lula da Silva (PT). **Impressiona a falsidade entre a constatação da miséria dos assentados, que é verdadeiro, da conclusão de que a causa se encontra nos assentamentos, que é mentirosa.**

É preciso lembrar que essa acusação partia da direita burguesa, latifundiária e agroindustrial. Os seus representantes diziam que a reforma agrária (assentamentos) pleiteada pelo MST levava a formar bolsões de miséria no campo. Se não nos falha a memória, a senadora Kátia Abreu já havia falado em favelização no campo. Mas há inúmeros assentamentos que não se tornaram favelas, que produzem e dão condições de vida melhores que as enfrentadas pelos camponeses sem-terra.

Ocorre que grande parte dos assentamentos foi estabe-

lecida em terras que exigem investimentos para se tornarem produtivas, em locais distantes do comércio e muitos deles inacessíveis. Sem capital mínimo e sem meios de produção necessários à produção, como é que os assentamentos instalados em solo inapropriado poderiam servir de meio para arrancar os sem-terra da condição miserável?

A política de desapropriação com rica indenização aos latifundiários e de assentamentos em condições quase impossíveis dos camponeses produzirem nem de longe corresponde a uma reforma agrária. O governo, o PT, CPT e o próprio MST sabiam que essa via acabaria em fracasso.

As desapropriações e assentamentos foram concebidos na ditadura militar, com seu Estatuto da Terra. O regime nascido com o golpe de 1964, entre outros objetivos, tinha por meta liquidar a organização dos pobres do campo iniciada com as Ligas Camponesas, que passaram a ameaçar a oligarquia fundiária. Havia o temor de um levante generalizado no campo. Mas a ditadura não podia tão-somente reprimir, deveria reconhecer que havia um descontentamento entre as massas camponesas, que deveria se canalizado por uma resposta de Estado.

O imperialismo – com sua Aliança para o Progresso havia orientado os governos latino-americanos a tomarem cuidado com a explosividade dos pobres do campo. Uma espécie de colaboração de classe no agro deveria ser promovida, opondo uma “reforma agrária” controlada pelo Estado à revolução agrária promovida por insurgência dos camponeses. A revolução em Cuba deixara lições sobre o risco ao capitalismo, caso a classe camponesa se levantasse contra a oligarquia opressora e se unisse ao movimento operário. Antes dessa experiência, a revolução de 1917 na Rússia e a de 1949 na China haviam demonstrado ao imperialismo que as aspirações pequeno-burguesas revolucionárias dos camponeses deviam ser tratadas não somente com as armas, mas também com as ilusões democráticas, ou seja, com a possibilidade da burguesia vir a atendê-las por meio de reformas graduais e controladas pela própria oligarquia.

Com o fim do regime militar, em 1985, sem que o Estatuto da Terra fosse aplicado, recolocou a questão camponesa. Havia que reconhecer os aspectos vantajosos da lei emanada na ditadura – assim pensaram os democratizantes burgueses, seguidos dos democratizantes pequeno-burgueses, que constituíram o MST. Na Constituinte de 1977/78, a discussão foi postas nesses termos.

A formação da CUT e do PT potenciou o “programa” agrário de desapropriação de terras improdutivas, com indenização, aproveitamento de terras devolutas e assentamentos. O governo do PSDB se viu sob grande pressão do MST, que se irrompeu como uma força apoiada nessas organizações e numa oposição de esquerda burguesa e pequeno-burguesa, tendo à frente o caudilho Lula. A crise econômica que percorreu a década de 80 e parte da de 90 havia elevado o desemprego e o custo de vida com a inflação galopante. Os milhares de sem-terra foram agrupados em acampamentos. A reivindicação de assentamento e as

ocupações de fazendas impulsionaram a luta de classes no campo, principalmente na década de 90.

A constituição da União Democrática Rural (UDR), sob a chefia de Ronaldo Caiado, para combater com a lei e com as armas o MST, assinalou o vigor da luta camponesa. O governo do PSDB não teve outra saída senão pôr em prática aspectos do Estatuto da Terra e manobrar com os assentamentos. Lembremos que em abril de 1996, o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), desfechou uma repressão ao movimento camponês, deixando 19 mortos. A luta camponesas por meio de ocupações em todo o País e o crescente assassinato de sem-terra resultaram em crise política. O que obrigou o presidente FHC a lançar mão dos assentamentos.

Em seus dois mandatos, de 1995 a 2002, Fernando H. Cardoso, assentou 540,5 mil famílias. No auge dos conflitos, em 1998, foram 101 assentamentos.

Lula que chega ao poder em 2003 assentará 658,8. Portanto, 118 mil famílias a mais que FHC. Em 16 anos foram assentadas quase um milhão e duzentas mil famílias, seguindo os dados oficiais. Dilma Rousseff no seu primeiro ano assentou 21,9 e estima-se que o número do segundo ano (2012) não passará de 23,0 famílias.

Lula seguiu a política agrária do PSDB, diferenciando-se por atender às pressões da CPT e do MST em dar-lhes alguma influência no INCRA. Isso no primeiro mandato. Já no segundo, o caudilho desacelerou as desapropriações e os assentamentos, procurando se afastar da imagem do presidente que vestiu o boné do MST e que escandalizou a direita burguesa. Dilma não faz senão seguir o recuo de Lula no seu segundo mandato, que assentou apenas 232,6 famílias, quando no primeiro mandato havia assentado 381,3 famílias. É preciso assinalar que a CPT e MST criticam esses dados, parte deles é maquiada.

Se muitos dos assentamentos – talvez a maior parte – tornaram-se “favelas rurais”, a responsabilidade é do governo petista, que dedicou a apoio à agroindústria e ao agronegócio, oferecendo-lhes fartos financiamentos subsidiados, enquanto que, para os assentados, não sobrou nem pão, nem água. Dilma decretou o fim da “reforma agrária” não porque grande parte dos assentamentos se tornou bolsões de miséria, mas porque a burguesia lhe mostrou que não tem mais terras para oferecer ao Estado, embora este tenha pago muito bem pelas desapropriações. O recuo político do MST perante o governo petista e o enfraquecimento dos acampamentos, certamente, é o motivo de maior peso para Dilma proclamar que de agora em diante irá se preocupar em fazer os assentamentos se tornarem produtivos.

MST deve romper com o governo

Ninguém de sã consciência irá negar que o MST teve um papel progressivo na luta camponesa. Mas sua progressividade foi contraditória. De um lado, serviu de canal para organizar os sem-terra dispersos, deu-lhes condições coletivas para lutar e utilizou-se do método da ação direta, que são as ocupações de terra, de instituições públicas, os bloqueios de rodovias e as manifestações nos centros

urbanos. De outro, esteve e está enrabichado ao PT e ao lulismo. Inúmeros são os casos locais em que apoiou candidatos de partidos burgueses, indistintamente de sua orientação política.

Essa conduta contraditória se explica pelo fato de sua bandeira de “reforma agrária” se resumir em conseguir assentamentos. **O que poderia servir de tática para organizar a luta pela revolução agrária se tornou estratégia.** Ou seja, os assentamentos se tornaram um fim em si mesmos, concebidos como uma via de solução do problema da terra. Não se tratava, portanto, de aproximar os camponeses da classe operária e estabelecer uma aliança de classe dos oprimidos. A aliança operário-camponesa exigia combater os desvios da CUT e a política petista de colaboração com a burguesia.

A direção do MST castro-guevarista-clerical manteve os explorados do campo o tempo todo subordinados ao objetivo de constituir um “governo democrático e popular”, que seria o de Lula e agora do de Dilma. Como se vê, oposto à luta por uma governo operário-camponês, forma governamental da ditadura do proletariado, que somente se imporá por meio da revolução social. Assim, o MST não fez senão ajudar a parir um governo burguês, que tem servido integralmente à burguesia.

Agora, está em formação o Partido Consultar Popular, que veio à luz como um apêndice do PT, pretensamente mais à esquerda. Não se colocou perante as massas como uma ruptura com o petismo, com a estratégia pequeno-burguesa do governo democrático e popular e com a tática frente populista. O Partido da Consulta Popular não vai além do nacionalismo radical pequeno-burguês, que tem no Socialismo do Século XXI de Hugo Chávez, no Indianismo de Evo Morales e na burocracia restauracionista cubana seu espelho. Está claro que para sobreviver dependerá de se manter próximo a algum setor da classe capitalista, do petismo e da Igreja. Está aí por que o MST e o Partido da Consulta Popular não tem se mostrado capazes de sair em luta contra o governo de Dilma Rousseff, mesmo que esta decreta o fim da política de desapropriações e dos assentamentos.

Não há outro caminho para os pobres do campo senão se vincular aos pobres urbanos, cuja espinha dorsal é o proletariado. A luta contra a fração burguesa latifundiária e do agronegócio não tem como ser isolada da luta geral contra a classe capitalista. A maioria camponesa somente terá acesso à terra e resolvida sua situação de oprimidos se aliando à classe operária, sob a estratégia da tomada do poder. Não se trata de abandonar a reivindicação dos assentamentos, mas de exigir do governo que imediatamente assente todas as famílias e que exproprie sem indenização e incondicionalmente os latifúndios. Quanto aos assentados, que o governo garanta os meios financeiros, agrotécnicos, a infraestrutura e a compra de toda a produção. Para isso, é necessário criar um comitê nacional camponês, eleito pelas bases, que, por sua vez, devem estar organizadas em comitês agrários locais.

Para se recuperar o terreno perdido, é necessário que a militância do MST que elevou sua consciência classista



e não se corrompeu na politicagem e no corporativismo enfrente com determinação a sua direção nacional-reformista. É necessário compreender que a solução da tarefa democrática agrária de acesso da maioria camponesa à terra está na razão direta do avanço da revolução proletária. Uma das condições fundamentais para unir o campesinato à classe operária é a de construir o Partido Operário Revolucionário, como parte da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Dilma Rousseff, de mãos dadas com Blairo Maggi e Kátia Abreu

O governo do PT aproveitou o lançamento do programa “Terra Forte”, em Arapongas, Paraná, para mostrar seu entusiasmo com o latifundiário e senador pelo PR-MT Blairo Maggi e com a latifundiária, senadora pelo PSD-TO e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Kátia Abreu.

Segundo a reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, Dilma saudou o representante da bancada ruralista, Blairo Maggi, “antes mesmo de cumprimentar os integrantes do movimento”, ou seja, do MST.

Antes de comparecer à solenidade do “Terra Forte”, a presidente petista participou de um encontro com fazendeiros e agroindustriais em Cascavel. Contou com a companhia do senador Blairo e da senadora Kátia. Dirigindo-se à latifundiária do estado do Tocantins, diz que Kátia Abreu “tem sido de fato uma parceira do governo no que se refere a todas as questões relativas aos desenvolvimento do agronegócio, da agricultura, da pecuária e da produção de proteínas no nosso País”. Apresentou o sojista Blairo Maggi como “um exemplo para todos os produtores do Brasil pelo fato de honrar o nosso País na medida em que não apenas produz soja, mas produz uma das questões estratégicas para o País, que é o fato de sermos uma referência na área de alimentos.”

O MST apresentou um conjunto de reivindicações, entre elas o assentamento de 90 mil famílias acampadas, um programa emergencial para as famílias assentadas que estão na miséria, implementação da agroindústria na forma cooperativa, programa nacional para o desenvolvimento de técnicas de produção com base na agroecologia.

Evidentemente, essas reivindicações tão elementares ficarão no papel. Se há apenas 90 mil famílias acampadas, não seria difícil para o governo assentá-las. Em 1998, Fernando H. Cardoso assentou 101 mil, e Lula, em 2005, 127,5 mil. Mais uma vez a atitude dos dirigentes do MST foi de subserviência ao governo petista, pró-latifundiário.

A saudação do coordenador do MST no Paraná, Roberto Baggio, a Dilma mostra até que ponto a sua cúpula está corrompida pela política burguesa. Isso explica a conduta de Baggio de pedir respeito a todos os presentes e assim reprimir as manifestações dos camponeses, que ocorreram

assim que Dilma anunciou a presença do governador do Paraná Beto Richa, do PSDB. No final da solenidade, parte dos presentes fez o coro: “Dilma novamente”. A inauguração da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (Copran) serviu para o governo pró-latifúndio fazer demagogia com o homem do campo, exaltar as figuras máximas da reação anti-reforma agrária e projetar o eleitoralismo.

Está passada a hora dos militantes do MST que não se corromperam constituir uma fração revolucionária em seu seio, que lute pela aliança operário-camponesa, pela revolução agrária, como produto da revolução socialista.

Morre o caudilho Hugo Chávez

Viva a luta pela organização independente da classe operária venezuelana! Sepultar a burguesia com a revolução proletária! Conquistar a independência nacional!

A morte do presidente Hugo Chávez foi recebida com dor pela maioria dos venezuelanos e com imensa alegria pela fração burguesa e pequeno-burguesa opositora. A população pobre mostrou seu reconhecimento ao caudilho saindo às ruas no cortejo fúnebre. A classe média rica anti-chavista não ousou qualquer gesto de desprezo. Deve ter comemorado em seus nobres recintos fechados. Os líderes da oposição permaneceram calados. Qualquer aceno público de ataque ao chefe da “revolução bolivariana” seria respondida com violência pela multidão. Os repórteres dos meios de comunicação que servem de porta-vozes da fração burguesa opositora e do imperialismo tiveram de tomar o cuidado de não se atritar com as massas chavistas. A imprensa internacional enfatizou que não era hora da oposição afrontar a memória do caudilho e elogiou a atitude contemplativa de Henrique Capriles. O lamento demagógico do chefe da oposição foi recebido pelas hostes do governo como um ato de boa vontade.

Nas ruas, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) compareceu com a bandeira de continuidade do chavismo e de resguardo das “conquistas da revolução bolivariana”. O Partido Comunista da Venezuela (PCV) refere-se ao caudilho como “nosso camarada Presidente” e como “líder indiscutível do processo bolivariano na Venezuela, na América Latina e no mundo”. Declara que o PCV continuará a levantar “as bandeiras de luta da revolução socialista e a unidade popular revolucionária”.

Os governos latino-americanos próximos ou alinhados ao protagonista do “socialismo do século XXI” compareceram perante o corpo do presidente para dizer que

sua ausência será sentida. O presidente da Bolívia – o mais alinhado ao chavismo – enfatizou sua coragem de enfrentar o império (Estados Unidos). Em Cuba, foi realizado um grande ato na Praça da Revolução. No Brasil, o governo Dilma foi a voz mais comedida. Mas o estalinismo e o castro-guevarismo se pronunciaram com fervor apreço ao líder da “revolução bolivariana”.

O Movimento Sem Terra (MST) sublinhou a origem humilde de Hugo Chávez, a sua trajetória militar nacionalista, o enfrentamento com o neoliberalismo, a defesa da autonomia econômica da Venezuela, as medidas de nacionalização, a resistência à mídia burguesa, a democratização e a participação popular. O Partido Comunista Brasileiro considera a morte do “comandante Chávez” a perda de um “símbolo de mudanças e transformações na América Latina”. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) afirma que morreu “um revolucionário”, que “libertou a Venezuela da espoliação estrangeira”. O PSTU se solidariza com o povo e os trabalhadores da Venezuela pela sua dor, mas declara que é preciso caracterizar o governo de Chávez como nacionalista autoritário. PCO emitiu uma nota também se solidarizando com a tristeza e luto do povo venezuelano. Não diz nada sobre o governo de Chávez e refere-se à direita golpista que derrotada nas eleições “continua se movimentando por fora dos mecanismos parlamentares”.

Os republicanos norte-americanos, na voz do senador John McCain, saudaram a morte de Hugo Chávez como “fim de uma praga”. E o governo Obama ofereceu seus préstimos para iniciar “um novo capítulo na história da Venezuela.”

Como se vê, o impetuoso e carismático Hugo Chávez, que da tribuna da ONU chamou George W. Bush de diabo, galvanizou apoio de governos amigos e ataque de governos inimigos orquestrados pelos Estados Unidos. Dividiu as esquerdas: de um lado, as mais variadas tendências nacionalistas (reformistas socialdemocratas, estalinistas, maoístas, castro-guevaristas e até mesmo alguns pretensores “trotskistas”); de outro, as mais variadas tendências que se reivindicam do trotskismo (pseudotrotskistas, revisionistas centristas), sendo que os centristas se mostraram propensos a considerar Chávez como progressista.

O nacionalismo burguês latino-americano continua sendo importante fenômeno político por arrastar as massas oprimidas. O que projetou a política de Hugo Chávez foi precisamente o fato de ter arregimentado os pobres e os oprimidos, ter derrotado a oposição oligárquica pró-imperialista em inúmeras eleições, mantido as instituições burguesas parlamentares, modificado em termos as relações do Estado com a burguesia, tomado medidas de soberania nacional e impulsionado a recuperação do velho “terceiro-mundismo” dos não-alinhados.

Hugo Chávez se tornou uma referência mundial, embora chefiasse um país de economia atrasada. A sua importância se encontra nas ricas jazidas de petróleo. O imperialismo não tolera que um país semicolonial coloque limites ao controle das fontes de matéria-prima.

O coronel Hugo Rafael Chávez Frías liderou, em 1992, uma cisão nacionalista no Exército, que se manifestou em uma tentativa de golpe fracassado contra o desmoralizado governo social-democrata de Carlos Andrés Pérez. Em 1998, é eleito Presidente. Estava aberto um período de 14 anos de governo chavista. A direita pró-imperialista procurou, em 2002, retomar o poder por meio de um golpe. Fracassou com a pronta reação da fração chavista do exército, respaldada pela mobilização popular. A economia mundial ganhava impulso. O preço do petróleo recompensava os países exportadores. Sob tais circunstâncias, foi possível estabilizar um governo centrado no caudilho e projetar sua política para os países latino-americanos, inclusive para Cuba.

O apoio dos Estados Unidos ao golpe de 2002 radicalizou a retórica nacional-anti-imperialista do chavismo, mais precisamente anti-norte-americana. Mas em nenhum momento houve ruptura com a potência do norte. Os interesses das multinacionais foram em parte limitados, mas não eliminados. Os interesses do capital financeiro em nada foram alterados. O governo passou a favorecer os interesses de setores da burguesia venezuelana e a contrariar os dos setores mais atados ao capital internacional. As massas atenderam ao chamado do caudilho, que passou a distribuir recursos para projetos populares, antes voltados exclusivamente para empanurrar a oligarquia e para alimentar o luxo da alta classe média. Porém, o governo não toleraria a luta de classes.

O proletariado continuou a suportar a exploração. As greves compareceram como uma provocação ao regime, que necessita da “unidade popular” sob seu comando.

A gigantesca comoção provocada pela morte de Chávez indica a fidelidade dos explorados ao governo, que em todas as eleições contou com o voto da maioria. Mais uma vez se reedita, com devidas particularidades, o caudilhismo (peronismo, varguismo, etc.) como um fenômeno de massa no âmbito da democracia burguesa. Os explorados são arrastados por trás de uma variante da política burguesa, no caso, o nacionalismo burguês. Os oprimidos não protagonizam a luta política, mas servem à disputa interburguesa. Não expressam seus problemas, seus ódios e suas reivindicações por meio da luta de classes, mas os alienam submetendo-se à direção do caudilho.

A retórica antiimperialista do chavismo serviu para afirmar as medidas de intervenção do Estado na economia e para ocultar a preservação dos interesses do capital internacional. Cerca de 40% da extração do petróleo continua sob o controle das multinacionais. As nacionalizações foram muito bem pagas e se configuraram na forma de sociedade com grupos estrangeiros. A retórica do “Socialismo do Século XXI, por seu turno, não passa de uma cobertura para o velho capitalismo de Estado, tão almejado pelos nacionalistas dos países semicoloniais.

O marxismo, por ser a ciência do proletariado, a serviço das transformações históricas, começa por determinar o conteúdo de classe do governo. Hugo Chávez formou um governo burguês por sua política de preservação do capitalismo. A tese de que, com o esmagamento eleitoral da oposição, com as nacionalizações e com a distribuição de renda, se abre caminho para a transformação da Venezuela em um país socialista é um embuste. Mas a procedência política do caudilho não é burguesa, mas pequeno-burguesa. A fragilidade da burguesia nacional venezuelana e a particular situação de crise política dos anos 90 engendraram uma corrente nacionalista pequeno-burguesa, que teve abrigo no Exército. Sem o partido revolucionário, o proletariado não teve como assumir a posição de classe revolucionária e dirigir a maioria oprimida contra a burguesia e tomar o poder. O que levaria à expropriação revolucionária da classe capitalista e à resolução das tarefas democráticas do país semicolonial. Os explorados foram canalizados pela emergência do Movimento V República (MVR), em sua essência militar pequeno-burguês.

Os explorados arcaram com a sanguinária repressão do governo Pérez, o Caracazo de 1989, sem contudo se organizarem como força social independente perante os exploradores. Em seguida, se enfileiraram por trás de um caudilho pequeno-burguês do MVR, cujo objetivo era o de estabilizar o regime político abalado pelo Caracazo.

Não é necessário refutar a propaganda dos partidários do chavismo, entre eles o estalinismo, de que o caudilho,

junto com o governo Lula, foi responsável pelo bloqueio à implantação da Alca, pela unidade anti-imperialista de países latino-americanos, etc. A impostura é evidente. Não tem a menor possibilidade de se conquistar a soberania mantendo intactas as multinacionais e garantindo o saque promovido pelo capital financeiro. O fundamental do chavismo está em que subordinou os explorados ao Estado burguês e bloqueou o desenvolvimento da luta do proletariado contra a burguesia. A sua política econômica continuou dependente do capitalismo mundial e das decisões do imperialismo. O maior controle dos recursos petrolíferos não resultou em desenvolvimento das forças produtivas internas; e a melhoria nas condições de vida dos mais pobres não passa de um remendo ao mar de pobreza e miséria.

As indenizações aos capitalistas, o pagamento de juros aos credores internacionais, a canalização de recursos para o empresariado parasitário e os desperdícios aumentaram o rombo das contas públicas. Inflação, alta do custo de vida, escassez de produtos e contenção salarial saltam como problemas que o novo governo terá de enfrentar. Nenhum governo burguês poderá vencer a sabotagem econômico-comercial da fração burguesa opositora vinculada ao imperialismo. Ou esta é esmagada pela revolução social, ou porá abaixo o governo nacionalista, seja por eleições, seja por um golpe militar.

Tudo indica que ficará mais difícil o crescimento econômico da Venezuela no próximo período. O que pode trazer de volta as demissões e o desemprego em massa. E com os novos desequilíbrios, a agudização da luta de classes. São os males do capitalismo, dos quais nenhum país pode se livrar.

Nicolás Maduro, certamente o novo governo, terá de se voltar contra os explorados, no caso de agravamento da crise econômica. A retórica nacionalista, reformista e popular não se sustentará no próximo período. Caberá ao próprio chavismo – aos seus herdeiros – desmontar sua política burguesa contraditória e desajustada para as novas condições. O imperialismo se dispõe a ajudar Maduro. Há, porém, o receio de que sem o caudilho a crise empurre a Venezuela para desintegração econômico-social e potencie a luta de classes contida. A oposição pró-imperialista terá enorme trabalho em cumprir essa tarefa nos quadros da democracia e tendo a esquerda chavista contra. Eis por que a estratégia do imperialismo é a de superar o confronto entre o chavismo e a oposição, colocando-os em situação de colaboração.

Não se pode precisar o caminho que tomará a burguesia para superar suas rachaduras. As Forças Armadas

passarão a ter uma posição mais de frente. É sua função tutelar a frágil burguesia nacional e esmagar os levantes populares, como fez no Caracazo.

A questão de saber se o chavismo sobreviverá sem o caudilho não é relevante para a classe operária, que não pode fiar seu futuro em qualquer das variantes esquerdistas do nacional-reformismo. O fundamental do balanço político é que o chavismo subordinou a maioria oprimida à perspectiva reformista de um governo burguês nacionalista. Essa possibilidade está esgotada. O chavismo não tem como avançar mais do que avançou em sua política econômica e social. Sem o caudilho, tende ao declínio. Irá se chocar com os explorados, assim que se ver empurrado pela crise estrutural do capitalismo a fazer uma virada em suas medidas econômicas e em seus métodos de governar voltados à dependência dos oprimidos.

O proletariado está desarmado para responder com uma política própria a próxima etapa da crise venezue-



lana. Esse é o problema da situação, que se abre com o fim do caudilho e com a inevitável decadência do chavismo. A tarefa consiste em elevar a consciência da vanguarda para constituir o Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

É preciso combater as posições do imperialismo, que aguardava a morte de Hugo Chávez para explorar as contradições do chavismo, rechaçar a impostura dos estalinistas e castro-guevaristas e rir da hipocrisia dos tais trotskistas que se colocam

em luto junto com as massas ou que justificam que sua crítica ao regime de Chávez não é nenhum ato de desrespeito à dor dos venezuelanos. Seja em presença do vivo, ou em presença do morto, a situação é a mesma: as massas estão enganadas com o chavismo e expressam sua inconformidade coletiva como inconscientes do seu lugar na história da Venezuela.

O POR não se junta ao luto e à dor dos explorados pela morte do caudilho. O POR diz que não se deve chorar a perda do caudilho pequeno-burguês, diz que há que se emancipar de sua herança e conquistar a independência político-programática para criar as condições da única via que leva à emancipação da Venezuela perante o imperialismo, às transformações agrárias necessária aos camponeses, à libertação da maioria explorada do jugo capitalista e ao desenvolvimento das forças produtivas: a revolução e ditadura proletárias.

- **Viva a luta pela independência político-organizativa do proletariado!**
- **Construamos o partido revolucionário na Venezuela como parte da reconstrução da IV Internacional!**